



Departamento de Sociologia

A cobertura mediática ao referendo pela independência da Catalunha e
as suas consequências políticas

Nuno Miguel Ribeiro Nogueira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientador:
Prof. Pedro Pereira Neto, Auxiliar Convidado
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2019

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer ao professor Pedro Pereira Neto por todo o tempo despendido comigo para ajudar a que esta dissertação de mestrado ganhasse conteúdo e forma.

Agradecer a Enric Xicoy e a Marc Cesena pelo seu contributo pessoal nesta dissertação e por terem arranjado um pouco do seu precioso tempo para completar ainda mais este estudo.

Gracias!

Aos meus colegas de trabalho – Martim, João, Rui, Vanessa e Irina por toda a força que me deram e por toda a compreensão que tiveram durante os dias de trabalho mais longos.

Dedicar este trabalho à *Equipa* – Marta, Guilherme, Nicole, Carolina, Joana, Bianca e Rita – estes que nunca me deixaram ficar mal e que estiveram sempre lá, de forma crítica durante a revisão deste trabalho, independentemente de todas as distâncias que se colocam e das saudades.

Aos amigos de uma vida – Catarina, Diogo, Filipa, Margarida e Paula – por todo o apoio e força que me deram, que me entenderam nos momentos em que lhes falhei com a minha presença para terminar este projeto e que estiveram sempre presentes nas minhas lutas académicas, nos altos e nos baixos.

Por fim, aos meus pais pelo apoio incondicional e imprescindível nas horas em que tudo parecia desabar. E à minha avó.

Resumo

A 1 de outubro de 2017, realizou-se, na Catalunha, um referendo pela independência da região, o primeiro com caráter vinculativo para o Governo regional. Apesar da ilegalidade reconhecida pelo Governo central espanhol, o mesmo avançou num clima de tensão, marcado por violentos protestos e uma repressão policial. Como em qualquer momento eleitoral, as televisões cobriram grande parte dos acontecimentos do dia da votação. Este estudo analisa a forma como ambas as televisões públicas – espanhola e catalã – olharam para a questão independentista, desde o seu início, acompanhando a evolução da sua linha editorial, mas também a forma como reportaram os relatos de violência policial sobre os manifestantes. Por fim, uma reflexão final sobre as consequências políticas que emergiram desta decisão política e quais os possíveis cenários para a Catalunha, independente ou não.

Palavras-chave: Catalunha, referendo, independentismo, cobertura mediática

Abstract

On October, 1st 2017, it was held, in Catalonia, a referendum for the independence of the region, the first with binding character for the regional government. Despite the illegality recognised by the central Spanish government, the referendum went forward on a tense atmosphere, marked by violent protests and police repression. Like in any electoral moment, televisions covered a large part of the ongoing events on the day of the vote. This study analyses how both public televisions – Spanish and catalan – looked at the independentism question, since their beginning, following the evolution of their editorial line, but also to the way as they have reported on the police violence on those who were protesting. At last, a final reflection will be made on the political consequences that have emerged from this political decision and what are the possible scenarios for Catalonia, independent or not.

Keywords: Catalonia, referendum, independentism, media coverage

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iii
1. INTRODUÇÃO	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA.....	1
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONFLITO.....	7
4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA TELEVISIVA.....	15
5. METODOLOGIA	21
5.1 OBJETO EMPÍRICO	21
5.2 TIPO DE MÉTODO.....	21
5.3 DEFINIÇÃO DO MÉTODO	22
5.4 VANTAGENS DO MÉTODO.....	23
5.5 DESVANTAGENS DO MÉTODO OU LIMITAÇÕES DO MÉTODO	24
5.6 ADEQUAÇÃO DO MÉTODO.....	24
6. ANÁLISE DA COBERTURA MEDIÁTICA	27
6.1 ANÁLISE COMPARATIVA	32
6.2 APLICAÇÃO TEÓRICA	35
7. CONCLUSÃO.....	37
7.1 CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS E O FUTURO PARA A CATALUNHA.....	38
8. BIBLIOGRAFIA	41
9. ANEXOS.....	47
A. Entrevista a Enric Xicoy.....	47
B. Entrevista a Marc Cesena	49
10. CV	54

1. INTRODUÇÃO

O tema que irá ser analisado e estudado é a cobertura mediática ao referendo pela independência da Catalunha, de outubro de 2017. Nesta consulta popular, os eleitores foram chamados às urnas para votar a favor ou contra a independência da região autónoma face ao Governo central espanhol, onde os *media* – dos mais tradicionais aos mais digitais/sociais – tiveram um papel fulcral para o desenvolvimento da campanha referendária e também Das consequências das suas ações. A antiguidade da questão catalã merece ser motivo de análise e de discussão por toda a sua complexidade, desde as suas raízes até aos dias de hoje, num conflito com posições cada vez mais extremadas. A minha formação académica na área das relações internacionais foi também um fator decisivo para a realização deste trabalho, numa tentativa de juntar esta área com a área da comunicação e da política.

O estudo deste tema abrange várias áreas das ciências sociais e das ciências da comunicação, tais como o poder e a influência dos *media* na sociedade, assim como as coberturas mediáticas em contextos eleitorais. Neste caso particular, a análise irá incidir sobre o tipo de *media* a observar e estudar, mas também sobre o tipo de linguagem que vai ser adotado no decurso do estudo, tendo em conta as fontes utilizadas – as televisões públicas espanhola e catalã, assim como a caracterização das suas linhas editoriais perante esta questão. Os *media* têm funções fundamentais em contextos eleitorais pois este podem servir com um meio de transparência e de constante vigilância, como uma palco da campanha, como um fórum aberto que fomenta a discussão pública e social, mas também como um meio de educação para as massas. (ACE - The Electoral Knowledge Network, 2012). Em suma, serão estudados diferentes aspetos da sociologia da comunicação, mas também da comunicação política.

Este trabalho divide-se da seguinte forma: o capítulo dois apresenta-nos a literatura teórica que será posteriormente aplicada. De seguida, no terceiro capítulo, este irá abordar a questão histórica do nacionalismo catalão e as suas origens. O capítulo quatro incide sobre a forma como a questão catalã foi abordada pelos meios em análise. O capítulo cinco apresenta a metodologia que foi aplicada. O sexto capítulo analisa a questão apresentada e aplica a teoria descrita. Por fim, um capítulo de conclusões e reflexões finais.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Tendo em conta, o objeto de estudo aqui apresentado, é necessário introduzir a principal teoria à sua análise e interpretação. A teoria do enquadramento, *framing* em inglês, é essencial

para a produção deste trabalho. Decorre então o ano de 1993, quando Entman produz uma das definições mais corretas e utilizadas desta teoria. Para o académico, o *framing* é a seleção de determinados aspetos ou características, conferindo-lhes um contexto comunicativo com o objetivo de definir um problema, criar uma interpretação do mesmo apoiada na relação causa-efeito, uma avaliação moral e uma sugestão sobre como o tema em análise deve ser descrito. – “To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient (...) in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation (...) and/or treatment recommendation for the item described.” (McLeod & Detenber, 1999, p. 4)

O enquadramento atribuído a uma peça noticiosa é uma ferramenta mais inovadora quando comparada com outras técnicas do estudo dos efeitos do *media*. O *framing* é uma abordagem que vê a audiência como a representação de uma menagem construída a partir do enquadramento pré-estabelecido pelos *media* e pelo ambiente onde estes se inserem.

A literatura académica provou que os meios de comunicação social têm um poder bastante considerável ao caracterizar grupos de protesto como legítimos ou marginais, quando estes apresentam um desafio à ordem social existente – o *status quo*. Esta caracterização faz parte do paradigma do protesto, um paradigma que mostra as duas faces que a cobertura mediática pode assumir perante um protesto social ou político.

A defesa do *status quo* é o resultado de uma série de influências – as opiniões imparciais ou tendenciosas dos jornalistas; a ideologia hegemónica; os laços entre o poder político e económico; a conjuntura sociocultural, entre outros – que vai ser legitimada pelo apoio que os meios de comunicação social dão. Este apoio está incutido no processo de produção de notícias, vindo muitas vezes por parte dos jornalistas que assinam as peças, ainda que de forma involuntária. Contudo, académicos do ramo da sociologia consideram que tão depressa os *media* podem suportar a conjuntura existente, criticando os grupos que desafiam os poderes institucionais, como também podem criticar o poder incumbido, passando para o outro lado da luta político-social – “Alternatively, when elite conflict is limited, as in the case of (...) domestic challenges from outsider the power structure, media support for the status quo tends to be strong.” (McLeod & Detenber, 1999, p. 5)

Com a tendência que apresentam, de defender o *status quo*, os *media* assumem um papel de guarda, de vigilante. Isto porque estes meios vão agir pela manutenção da ordem social e política, agindo também pela proteção do sistema institucional face àqueles que apresentam ameaças à sua sobrevivência. Contudo, esta vigilância vai desencadear num ataque a uma

personalidade que detém uma parte significativa de poder, capaz de abalar a estrutura existente – “(...) in doing so, they focus blame on the individual rather than on the system, thereby protecting the legitimacy of the *status quo*”.¹

Neste tipo de casos, os *media* apresentam sempre uma tomada de posição hostil perante a ameaça representada pelos protestos sociais. Tendencialmente, o tipo de cobertura mediática, face a estes protestos, será sempre produzido do ponto de vista do poder institucionalizado, visto que os grupos económicos mantêm uma relação de reciprocidade com os próprios meios de comunicação social. Assim, a ação vai ser reduzida, pelos *media*, às ações menos corretas dos manifestantes, esvaziando a causa pela qual se unem e, conseqüentemente, reforçando o apoio ao poder incumbente.

De regresso ao paradigma do protesto, a estrutura narrativa adotada pela comunicação social, nestes casos, vai realçar que os jornalistas podem enquadrar uma história violenta como uma batalha entre ativistas e autoridades policiais, ao invés de olharem para esta disputa como um debate, mais correto, teórico, entre os membros do protesto e o alvo que estes escolheram. Tendo isto em conta, a violência policial será sempre um ponto de foco importante para a análise que se fará à notícia ou ao protesto em causa. Qualquer ação de protesto terá direito a cobertura mediática por parte dos jornalistas, mas incidentes violentos aumentarão o escrutínio mediático e poderão alterar o foco da questão central que se quer ver debatido na sociedade, levando muitas vezes a uma caracterização, possivelmente errada, dos manifestantes como criminosos ou marginais, por exemplo – “The incidence of violence (...) attracts media coverage, but often (...) focus on conflicts with the police, obfuscating the issues raised by the protesters and characterizing the protesters as “deviants” (...). (McLeod & Detenber, 1999, p. 6)

Existem várias características dentro deste paradigma que têm como objetivo dar um enquadramento imparcial, mas que pode ser interpretado de várias maneiras. A primeira passa pelo uso de fontes oficiais para adicionar crédito e justificações às peças jornalísticas, aumentando a confiança da audiência para com o meio de comunicação, tentando, ao mesmo tempo, criar uma sensação de imparcialidade. Contudo, esta dependência pode relevar problemas de integridade e uma ligação pouca ética entre o poder político e os *media* – “(...) protest stories (...) are often told from the perspective of the power holders and thus reinforce the *status quo*.”² Segundo, há uma grande tendência para os jornalistas descredibilizarem estes

¹ idem

² idem

movimentos, conferindo-lhes um estatuto de *outsiders*, visto que se opõem ao sistema em vigor. Esta ideia fica ainda mais clara quando há um uso deliberado de advérbios de proposição com a intenção de criar várias interpretações em torno de um só objeto. Quanto maior for o protesto face ao *status quo*, mais os *media* reforçam as suas características no âmbito do paradigma apresentado – “(...) news coverage will marginalize challenging groups, especially those that are viewed as radical in their beliefs and strategies.”³

Os efeitos do *framing* ultrapassam a forma como as notícias são construídas, centrando-se também na análise da audiência e a resposta desta quando toma contacto com notícias, previamente enquadradas – “(...) focusing on how people construct meaning from their experiences (...) including exposure to media messages.”⁴. Não há dúvidas de que os enquadramentos noticiosos provêm das práticas e dos valores dos jornalistas e a forma como estas são apresentadas podem ter influência junto da opinião pública, isto é, vincar certos aspetos da peça jornalística que possam desencadear ideais ou pensamentos próprios, contrários ou não àquilo a que os indivíduos foram expostos. Os aspetos que podem motivar estas interpretações pessoais passam pela avaliação do próprio indivíduo sobre os grupos, os problemas que estes apresentam e outros elementos relevantes que lhe são apresentados – “This facilitates the impact of media messages on individual perceptions and opinions.” (McLeod & Detenber, 1999, p. 7)

Do ponto de vista do paradigma do protesto, o impacto que as notícias possam ter junto da audiência será ao nível da avaliação sobre os manifestantes e as suas ações. Porém, um maior foco no confronto entre polícia e manifestantes, relegando o protesto em si para segundo plano, pode fazer com que o enquadramento dado às notícias sobre este último possa limitar o impacto da teoria sob as perceções da audiência. Indivíduos expostos a notícias contra a ação dos protestantes têm uma visão mais crítica do grupo de protesto a que estes pertencem do que outros indivíduos que tenham tido contacto com notícias com um tom mais neutral. McLeod, autor desta última ideia, realça ainda que as ações dos manifestantes, vistas pela audiência exterior, não são consideradas uma forma de luta democrática – “Exposure to a single news story affected perceptions of the groups featured in the story, but not perceptions of protest in general”⁵

³ idem

⁴ idem

⁵ idem

É importante também ter em consideração a teoria da exposição seletiva, onde os indivíduos consomem os meios de comunicação social com os quais têm uma maior afinidade política. O consumo escolhido de certos *media* prende-se com a ideia de que os seus utilizadores preferem reforçar as suas ideias, rejeitando qualquer outro debate ideológico com contraditório – há uma pré-disposição nesta escolha, evitando um confronto que poderá criar stress e dúvidas sobre as matérias que defendem – “(...) studies have confirmed the influence that individuals’ positions on the left-right axis have on their media preferences (...)” (Valera-Ordaz, 2018, p. 136)

Esta teoria é operacionalizada tendo em conta um vasto número de fatores, como o tipo de *media*, a especificidade atribuída aos assuntos que são relatados e as características do sistema mediático onde ocorre esta exposição. Há *media* que podem favorecer a exposição seletiva ou o seu oposto – a exposição *cross-cutting*, isto é, uma exposição de conteúdo mediático que oferece pontos de vista contrários àqueles que são defendidos pelos indivíduos – “(...) selective exposure tends to occur more extensively in those media environments in which the media exhibit clear partisan alliances.”⁶

O sistema de *media* espanhol já foi caracterizado como um modelo pluralista polarizado, com fortes ligações políticas, em paralelo. Há uma segmentação de audiências conforme o lado político escolhido – cidadãos a favor do movimento independentista tendem a ver os *media* catalães, ao contrário daqueles que são contra esta ideia política, onde o fator televisão/rádio é mais significativo do que os jornais escritos.

Vários estudos mostram que a exposição seletiva da audiência espanhola é um facto confirmado e que o consumo de informação política está condicionado pelas preferências ideológicas dos telespetadores. Outro estudo mostra que a maioria dos indivíduos apenas tem contacto com órgãos de comunicação social com uma matriz ideológica mais próxima das suas convicções. Em períodos de campanha eleitoral, a hipótese da exposição seletiva foi comprovada, no que diz respeito ao consumo de informação política.

Esta hipótese teórica, tal como tantas outras, é acompanhada de limitações, tais como a dificuldade de determinar se a ligação entre a mensagem transmitida pelos *media* com a ideologia daqueles que a consomem é resultado da possível capacidade de influências que estes meios têm junto do público. Contudo, está também provado que não há uma correlação direta entre a escolha dos telespetadores e o reforço das convicções políticas de cada um – “It is

⁶ idem

problematic to assume with certainty that there is only one causal direction, since the two courses of influence are credible and compatible.” (Valera-Ordaz, 2018, p. 138)

No que diz respeito ao caso em análise, em 2013, dois investigadores concluíram que a exposição aos órgãos de comunicação social regionais não gera um efeito independentista à base pró-independência pois este movimento é alimentado por expectativas económicas associadas à independência da região e à identificação da cidadania catalã. Quando a comparação foi aplicada entre as estações televisivas espanhola e catalã, a conclusão foi a seguinte: em termos de identificação perante aquilo que entendem como nação, os *media* catalães têm um maior impacto nessa identificação perante o sentimento de pertença catalão.

Em termos práticos, existe, na Catalunha, para além da clássica divisão esquerda vs. direita, uma clivagem periférica do centro e ambas coexistem e tem sido refletida na presença histórica-institucional dos partidos nacionalistas, na importância da redistribuição de poder a nível territorial no debate político, mas também com o aumento de apoio face à independência – “(...) there is a cognitive bias by which the Catalans tend to systematically place the Catalan nationalist parties on the left and the Spanish parties on the right.” (Valera-Ordaz, 2018, p. 139). A probabilidade de indivíduos optarem por *media* locais e regionais, em oposição aos *media* centrais espanhóis, aumenta conforme as atitudes políticas defendidas por estes, tais como – o nacionalismo catalão, o apoio ao movimento independentista e, acima de tudo, a identidade nacional catalã. Contudo, cidadãos originários da região da Catalunha tendem a optar pelos meios de comunicação locais, independentemente dos sentimentos que possam partilhar em torno das questões de independência, pela língua catalã ou por qualquer outro atributo político-social.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO CONFLITO

Na Catalunha, o elemento cultural é dominante: a língua própria, o Direito e a História. A cultura foi fundamental para o arranque da nação catalã como movimento renascentista – a *Renaixença* que tinha como objetivo levar a cabo o renascimento cultural catalão que atinge o seu ponto alto já na segunda metade do séc. XIX. Foi também nesta altura, após as restrições impostas pelo Governo central, que os setores demográfico e económico começaram a crescer, em vários domínios – industrial, comercial, artístico. A estes fatores juntam-se ainda a crise económica que assolara o restante território espanhol e que levou a um aumento do sentimento nacionalista dos locais catalães e o fracasso da experiência federalista da I República – “The conflict of Catalonia has been characterized as – nation without state – meaning that the Catalans have a distinct culture, language and a feeling of belonging to a territory that has been this for many centuries.” (Tzagkas, 2018, p. 58)

À entrada do séc. XX, surge o primeiro partido político com vocação nacionalista catalão – a Llega Regionalista – com dimensão representativa e capacidade de influência. É o resultado da junção de dois grupos políticos existentes até então (1901) cuja proposta base assenta na moderação e no regionalismo da comunidade catalã. Com a retoma do controlo das instituições políticas e a recuperação de uma parte da sua autonomia face ao Estado espanhol, a Llega vai, em 1924, apresentar o primeiro modelo político e institucional na Catalunha contemporânea, em nome do respeito pela identidade catalã, com o nome de *Mancomunitat*, criando um mecanismo de controlo político interno de região face ao centralismo estatal – “ (...) its purpose was to monitor the four provinces that form Catalonia which are Barcelona, Tarragona, Gerona and Lerida.”⁷

Com a chegada de Primo de Rivera ao poder, em 1925, a *Mancomunitat* é abolida e, conseqüentemente, as atividades políticas da Llega Regionalista são suspensas e o nacionalismo catalão perde influência junto dos cidadãos da região. O regime ditatorial, que começa com de Rivera e termina com Franco, decide enveredar por uma via mais repressiva como tentativa de abolir a vontade, da população local, pela autonomia da região. Ainda no período ditatorial, em 1930, é assinado o Pacto de San Sebastián com o aval das forças republicanas de Espanha – este pacto firma um acordo que tem os seguintes objetivos: apoiar uma maior integração do nacionalismo catalão nas dinâmicas políticas do Estado central, apoiando a autonomia política catalã. Depois da queda do regime de Primo de Rivera, há uma transição política em toda a

⁷ idem

Espanha: da ditadura para um regime republicano, e após a transição monárquica, surge um novo movimento de esperança para o nacionalismo catalão. Em 1931, é fundada a Esquerda Republicana de Catalunya (ERC), ocupando o vazio deixado pela Llega e assumindo-se como o principal movimento político da região, optando, ainda assim, por uma guinada ideológica mais à esquerda.

Neste mesmo ano, a II República é implementada e oferece, pela primeira vez, uma solução para a questão das identidades nacionalistas espalhadas por todo o território espanhol. Na nova Constituição, que é ratificada, esta prevê o estabelecimento de autonomias regionais, conforme um processo de aprovação de determinados estatutos que visam garantir essa autonomia. É logo no ano a seguir, em 1932, que o estatuto para a autonomia catalã é aprovado, sendo este o único estatuto aprovado em contexto democrático, com este efeito, quando comparada com outras regiões com as mesmas pretensões – Galícia e País Basco, por exemplo.

No que diz respeito à corrente ideológica, a direita nacionalista espanhola não era a favor dos nacionalismos periféricos, chegando mesmo a considerar que a solução apresentada na última Constituição era inadmissível face ao caráter unitarista do Estado espanhol. Anos mais tarde, uma coligação de forças mais à direita vai impedir o avanço dos processos estatutários de autonomia, estagnando os mesmos e condicionado a política espanhola, após as eleições legislativas de 1933. Três anos mais tarde, a Frente Popular vence novas eleições, uma coligação de partidos e de sindicatos de esquerda, e encontra um ambiente político bastante polarizado, meses antes do início da Guerra Civil. A ERC assume a liderança do movimento político catalão junto da Frente Popular enquanto que, em simultâneo, a Llega é dissolvida, nesse mesmo ano, integrando as franjas do movimento franquista, tendo por base o seu conservadorismo.

Com a esquerda no poder, a direita espanhola opta por políticas mais extremistas e encabeça um golpe militar, ainda que falhado, em julho de 1936. Desta tentativa de derrube político, ecloda uma Guerra Civil que irá durar até 1939, com a derrota das forças republicanas. Desta derrota, surge uma nova figura ditatorial depois de Primo de Riviera, Francisco Franco – um militar assumidamente nacionalista espanhol e centralista que partilha as suas ideologias políticas com Hitler, Mussolini e Salazar, mas mais com este último. Os regimes de Salazar e de Franco são os únicos regimes fascistas que continuam no poder após a queda do nazismo na Alemanha, em 1945. Após a chegada de Franco ao poder, o único nacionalismo defendido é o espanhol, marginalizando quaisquer tentativas de nacionalismos mais regionais, como no caso

da Catalunha – “A proibição dos nacionalismos catalão e basco e a repressão das suas manifestações políticas e culturais será uma pedra basilar do Estado ao longe de quatro décadas.” (Romão, 2017, p. 22). Instalou-se então um regime de negação dos sentimentos nacionalistas mais regionais, apoiado pelo fim das conceções autonómicas que tinham sido emanadas da II República, com o objetivo de aposta numa centralização territorial mais forte.

Em 1975, Francisco Franco morre e um novo período político nasce, designado por “Transição”. Um dos primeiros passos rumo à democracia é a eleição de um novo Parlamento que tenha como objetivo a redação de uma nova Constituição, marcadas pelas questões de território e pela transição para a democracia. Das eleições de 1977, a Unión de Centro Democrático (UCD) emerge como vencedora – uma coligação de ideologias que abarcava liberais, sociais-democratas e conservadores – cuja posição sobre as questões de identidade nacional se pautavam pelo centralismo espanhol. Numa posição oposta, surgem o Partido Comunista de España (PCE) e o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) que sempre defenderam a adoção de uma solução política federal perante o caso das regiões autónomas espanholas. Com o avançar da transição democrática, ambos os partidos de esquerda passam a ter um papel mais moderador entre as duas faces da questão – o nacionalismo espanhol defendido pela direita/centro-direita e as restantes forças nacionalistas apoiadas pelos movimentos de esquerda. – “É preciso esperar pelo retorno da democracia a Madrid para ver o movimento independentista recompor-se (...) os últimos anos de ditadura ficaram marcados por um reforço da industrialização na Catalunha e pelo desenvolvimento do turismo.” (Marques, 2017)

À medida que as discussões sobre a nova Constituição decorriam, as duas fações políticas debatiam um impasse a que tinham chegado: por um lado, os partidos pró-nacionalistas, catalão e basco, queriam que as suas identidades culturais fossem reconhecidas como nações, ao mesmo tempo que os partidos espanhóis, centristas, declinavam esta proposta. Para colocar termo ao impasse ficou determinado, pela Constituição espanhola de 1978, que a única nação existente e, por isso, pertencente ao Estado central é Espanha, ao mesmo tempo que são reconhecidas outras nacionalidades dentro deste mesmo Estado – “ (...) um meio termo entre o federalismo, defendido pela esquerda e pelas alas moderadas dos nacionalismo (...) e o unitarismo, pretendido pela direita nacionalista espanhola. A ambiguidade permite dar resposta a parte das exigências das regiões (...)” (Romão, 2017, p. 29)

É também com o novo texto constitucional que o regime sobre a autonomia das nações é alterado, uma vez mais. Com o reconhecimento das múltiplas identidades presentes no mesmo Estado indivisível – Espanha – a Constituição vai então atribuir competências político-institucionais a cada uma delas, para que estas, de acordo com a sua própria cultura identitária, se formem e cresçam com vista ao aumento da sua autonomia face ao Governo central, podendo autogovernar-se – “(...) under the Article 2 it was stated clearly the right for self-government. This move from the central state satisfied, even some strong-willed nationalists (...)” (Tzagkas, 2018, p. 58). Apesar de uma aparente calma constitucional, verifica-se um clima de tensão entre as duas fações extremistas do espectro político, pautada por atos de violência que culmina numa tentativa de golpe de Estado, em 1981. Após o falhanço do mesmo, o cenário de intervenção militar mantém-se na política espanhola, ao mesmo tempo que os movimentos nacionalistas assumem uma tomada de lado, mostrando-se contra o golpe, temendo possíveis ações repressivas nas suas regiões.

As eleições legislativas de 1982 são ganhas pelos socialistas espanhóis, permitindo uma mudança de paradigma institucional e o regresso da esquerda ao poder. No que diz respeito à questão identitária espanhola, o executivo liderado pelo PSOE passa a concentrar-se no plano externo – a integração nas comunidades europeias – ao invés dos desafios internos. A escolha pela via europeísta e a decisão de não hostilizar as estruturas militares vai permitir a consolidação dos socialistas, esquecendo a história passada e permitindo vitórias eleitorais entre as décadas de 80 e 90, sendo que em 1993, o PSOE atinge a maioria absoluta. A governação socialista começa a ser posta em causa com a descoberta de episódios de corrupção e de ataques mortíferos, perpetuados por grupos de extrema-direita contra membros da ETA, num exercício coordenado com as autoridades policiais. Após as tentativas de projeção de um país democraticamente consolidado, com o crescimento económico e a integração na União Europeia e no Mundo, o PSOE acaba por ser destronado pelo centro-direita do Partido Popular (PP), liderado por José Maria Aznar, em 1996.

O PP de Aznar quebra a tradição conservadora que caracterizou o partido no passado, passando a centrar o seu combate político nas críticas ao PSOE. Até à sua chegada ao poder, Aznar tenta separar o passado franquista das linhas atuais do partido, tendo ainda recuperado as ideias liberais do séc. XIX. Porém, e ao contrário dos socialistas, os populares vencem as eleições sem maioria absoluta. Com este cenário, Aznar é obrigado a formar Governo com o apoio de partidos com índole nacionalista e separatista. A primeira legislatura decorre sem grandes incidentes, tanto económicos como políticos, sendo pautada pela ameaça, sempre em

suspensão, da ETA. Adirà Alsina Leal, professor de jornalismo e de comunicação na Universidade de Vic e antigo chefe de Comunicação da Assembleia Nacional Catalã, em entrevista ao *Fumaça*, no final de 2017, afirma que depois do regime ditatorial, passou a haver um pensamento de uma Catalunha federal, mais autónoma, até à década de 90, e que este cenário se pudesse realizar dentro de uma Espanha democrática. (Leal, 2017)

No início do milénio, os populares obtêm uma maioria absoluta, deixando de contar com o apoio dos partidos nacionalistas e rompendo com a moderação no discurso identitário espanhol que havia caracterizado as últimas duas décadas após o franquismo. Assim, o PP vai desencadear e promover políticas conservadoras que traduzem e apelam ao nacionalismo espanhol, tanto a nível interno como no plano internacional. – “A prioridade do Estado espanhol não é o desenvolvimento regional nem económico, mas sim a construção nacional, de um só Estado de Espanha, um apelo ao nacionalismo que tem sido constante.”⁸. Após a perda do poder executivo, o PSOE reúne o seu Congresso Federal, ainda em 2000, e elege José Luís Zapatero como o novo líder partidário, apresentando uma reforma mais cosmopolita no que diz respeito à questão identitária da região. Zapatero foi eleito pelos socialistas espanhóis, mas também com o apoio dos membros do PSC que estavam aglomerados na esfera do PSOE. À altura, o líder dos socialistas catalães era defensor do aumento da autonomia da região, sendo, ao mesmo tempo, o presidente do Governo catalão, apoiado por independentistas.

Com uma nova oposição, surgem também novas formas de olhar para o conflito interno espanhol e, no PSOE, aparece o conceito de “Espanha Plural” que visa o reconhecimento aberto da pluralidade identitária dentro do Estado espanhol, quebrando com a política assumida pelos Populares. Apesar da reafirmação da nação espanhola como uma só e indivisível, a declaração de Santillana foca-se na reforma territorial, na reforma dos estatutos autonómicos e no aprofundamento do envolvimento destas comunidades no processo de integração europeia. O documento é visto como uma proposta governativa federal que visa o desenvolvimento das capacidades destas autonomias.

Oito anos depois de estar no lado da oposição, o PSOE regressa ao executivo espanhol, numa eleição marcada pelos atentados ocorridos três dias antes do sufrágio, contrariando as sondagens que davam Rajoy, sucessor de Aznar, como vencedor. Com esta eleição, a relação do Estado central com as comunidades autónomas ganha uma nova força, primeiro pela força dos socialistas se encontrarem de novo à frente dos destinos do país, assumindo uma dinâmica

⁸ idem

mais federal; segundo, pelo incentivo de políticas autónomas com origem no poder central e, por último, na criação de alianças entre as diferentes autonomias espanholas. Um ano antes da eleição de Zapatero, o nacionalismo catalão reentra na Generalitat – o parlamento catalão – pela mão do PSC que defende o aprofundamento do estatuto autonómico e do aumento da descentralização estatal face às restantes comunidades. O PSC reforça a sua ideologia nacionalista com a coligação que formou, após as eleições, com a ERC e com os eco-socialistas independentistas da Catalunha – “Desde o fim da Ditadura que a Catalunha é sempre liderada por forças nacionalistas. A exceção é o período entre 2003 e 2010.” (Marques, 2017).

As duas principais políticas do novo executivo, no âmbito da questão do território e da autonomia, passam por uma nova abordagem em torno do relacionamento entre o Governo central e os Governos regionais, sobre as identidades catalã e basca. A segunda política tem como objetivo uma redefinição das relações de força entre ambas as autonomias, apesar do conflito catalão com Madrid ser pautado por ações de protestos, nas ruas, de forma ordeira, sem esquecer o conflito institucional entre ambos os Governos, ao contrário da relação violenta e de terror vivida entre o País Basco e o Governo de Madrid. No decurso destas medidas, a reforma do estatuto autonómico para a Catalunha é acordada e aprovada por todas as forças políticas com presença na *Generalitat*, à exceção do PP, mas foi alterada por Zapatero, posteriormente, após um acordo deste com Artur Mas, líder da CiU – Convergência e União. Os motivos para esta alteração foram variados, tais como as dúvidas constitucionais em torno da classificação da Catalunha como nação, o financiamento autonómico da região e a nova relação entre ambos os Governos, por exemplo – “O acordo prevê que a Catalunha seja apelidada de «nação», mas só no preâmbulo do estatuto, sendo tratada como «nacionalidade» nos restantes artigos”.⁹

Nas Legislativas de 2008, Zapatero havia perdido parte do seu dom de negociador que marcou a alteração entre Madrid e Barcelona, muito por culpa do agravamento da violência no País Basco, propagada pela ETA. Porém, a relação com a comunidade catalã também tinha sofrido alterações, nomeadamente após o Governo central inviabilizar projetos e propostas de lei que tivessem o Parlamento catalão como origem. Como agravante, depois da derrota do PP, quatro anos antes, as relações bilaterais entre conservadores e socialistas não produzira nenhum diálogo, no que diz respeito à questão dos nacionalismos. Ainda assim, o líder do PSOE conquista uma nova vitória, muito devido ao crescimento do PSC, que obtém o seu melhor resultado eleitoral. Contudo, a segunda legislatura de Zapatero ficou marcada pelo início da

⁹ idem

recessão da economia espanhola, acompanhada por medidas de austeridade e pela incapacidade de redefinir as relações do Estado central com as principais comunidades regionais com vontades independentistas. O projeto de uma “Espanha Plural” encontra o seu fim em 2011, com a escalada de violência no País Basco, que comprometeu o diálogo com a Catalunha. É também neste ano que o PP regressa ao executivo espanhol, com uma clara maioria, tanto a nível autárquico como nacional.

Após a queda de Zapatero, Rajoy ascende ao Palácio de Moncloa e uma das suas primeiras medidas passa pela liberalização da economia, em linha com as sugestões de Bruxelas, passando também pela flexibilização do mercado de trabalho para combater as altas taxas de desemprego. Na sequência destas políticas, formam-se novos grupos de protesto contra o poderio da banca, mas também contra as políticas adotadas pelos partidos que tiveram assento no arco da governação – PP e PSOE. Três anos depois, os efeitos destas medidas fizeram-se sentir, nas eleições europeias, com o PP a perder deputados para o Ciudadanos, um partido fundando no coração da Catalunha, oposto ao nacionalismo catalão. Alsina Leal, ainda em entrevista ao *Fumaça*, realça que mesmo em contexto de crise e com as novas políticas de Rajoy, os argumentos pela independência não passaram por questões fiscais ou económicas – estas questões servem para a base de negociação, mas sim por questões culturais. (Leal, 2017). O maior impacto das políticas do novo chefe de Governo mostrou as limitações do sistema autonomista porque até então, desde 1980 até 2010, o sistema das autonomias conheceu uma rota de crescimento, de maior capacidade orçamental pois a Catalunha reunia 20% do Produto Interno Bruto, sendo a comunidade com maior contribuição para o quadro nacional. – “O projeto catalão prevê que o Governo regional receba a totalidade dos impostos pagos em Catalunha ficando com plena autonomia fiscal.”¹⁰

Em 2012, há uma viragem independentista, resultado de uma maioria social que acreditava que a Catalunha funcionaria melhor se esta tivesse maiores poderes institucionais, uma polícia mais autonomista. É também neste ano que Artur Mas convoca eleições autonómicas antecipadas como resposta à rejeição do Pacto Fiscal proposto pela região. Em novembro desse ano, a CiU perde a sua maioria, apesar de ter sido o partido mais votado e forma uma maioria com a ERC, deixando de lado as suas diferenças ideológicas, focando-se num só objetivo: a independência catalã. Como tal, ambos os partidos acabam por convocar um referendo de carácter consultivo para 2014, sendo já considerado ilegal, quer pelo Congresso de

¹⁰ idem

Deputados, quer pelo Tribunal Constitucional. Alsina Leal afirma que houve uma repressão bastante grande pois o Estado achava que este referendo não se iria realizar. Com a sua realização, isto foi visto como uma humilhação para o Estado e para o PP e, por este motivo, o Estado começou a perseguir as organizações por detrás do referendo de 2017. (Leal, 2017)

Na consulta popular de 2014, a participação não chegou a dois terços dos eleitores, mas daqueles que participaram, 80% destes afirmaram que queriam a Catalunha como um Estado e como um Estado independente do reino de Espanha. Com base nestes resultados, o executivo catalão quer a realização de um referendo formal que corrobore a vontade independentista que sai deste referendo. Menos de um ano desde as últimas eleições, a Catalunha regressa às urnas em 2015, onde a CiU e a ERC formam a coligação *Juntos pelo Sim*, que emerge como vencedora, mas sem maioria. Porém, a Candidatura da Unidade Popular, pró-independência, elege dez deputados que permitem que o independentismo tenha maioria na *Generalitat*. Contudo, a maioria de votos pertence às forças anti-independência – “A leitura é clara: os independentistas ganham a eleição, mas perdem o «referendo»”.¹¹

De seguida ocorrem movimentações políticas e judiciais que culminaram com a convocação do referendo para o primeiro de outubro de 2017. Após as eleições de 2015, o Parlamento catalão passa uma proposta legal de apoio à independência, tendo esta sido rejeitada pelo Tribunal Constitucional espanhol. No mês seguinte, Artur Mas renuncia ao cargo de Chefe da *Generalitat* e em 2017 é acusado, judicialmente, por ter promovido o referendo informal de 2014. Carles Puigdemont passa a ser o responsável pelo Parlamento catalão e fica incumbido de prosseguir com a vontade independentista do seu antecessor. Como tal, em junho de 2017, o novo líder confirma a realização de um referendo pela independência da Catalunha, sendo este, tal como o primeiro, considerado ilegal pelo Estado espanhol e pelo presidente do Governo, Rajoy.

¹¹ idem

4. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA TELEVISIVA

Na Catalunha, os meios de comunicação social foram essenciais para o desenvolvimento da sociedade catalã, em todos os domínios. Como na maior parte dos casos, as capitais nacionais detêm o maior número de sedes de órgãos de comunicação social. No caso espanhol, Madrid é o centro dos *media* espanhóis e reúne a maioria das sedes dos seus meios, como a RTVE (Rádio e Televisão de Espanha). Esta concentração mediática ficou mais vincada após à aprovação da Constituição de 1978 que prevê o estabelecimento do regime democrático no estado espanhol. Tendo em contra o poder económico no seio dos *media*, provenientes das suas receitas publicitárias, é também fácil de perceber o porquê da concentração destes meios na capital espanhola, visto que é aqui que se encontram os grandes capitais económico-financeiros que alimentam os *media*. A televisão pública espanhola (TVE) é definida como um bem público essencial e sob a alçada do Estado através da Lei do Estatuto Jurídico da Rádio e Televisão, de 1980. Nesta mesma lei, está prevista a existência de um diretor da estação para a região catalã. (Maicas, 1985)

Apesar da importância da língua catalã, é o castelhano que impera na maioria dos órgãos de comunicação social, até mesmo na Catalunha. Este predomínio é o resultado de décadas de oposição para com a cultura catalã e a tentativa de unir o país em torno de um único idioma, evitando vontades independentistas associadas às culturas identitárias de cada região autónoma – “(...) despite efforts to normalize the use of Catalan, the practice of Castilian continues to be prevalent (...) (Maicas, 1985, p. 96). De acordo com a legislação espanhola, o Estado tem a competência máxima para regular e escrutinar os meios de comunicação social, contudo esta medida em nada pode interferir com o poder das regiões autónomas em definir a sua rede de *media* regionais, mais exclusiva. No Estatuto de Autonomia da Catalunha, estabelece-se que o Parlamento catalão tem poderes judiciais para determinar a criação e o futuro de qualquer *media* que se queira instalar na região – “(...) the Generalitat has powers to establish and supervise its own press, broadcasting and television network (...) (Maicas, 1985, p. 97)

Historicamente, a TV3 tem tido um papel determinante na política catalã, desde a sua criação, na década de 80 até aos dias de hoje, devido ao seu posicionamento político e ao apoio pelo movimento separatista. O início das emissões televisivas do canal público catalão antecedeu um sufrágio eleitoral para o Parlamento da região: a primeira eleição para este órgão de soberania ocorreu em 1980 e o segundo, quatro anos mais tarde; a TV3 foi criada em 1983. A criação deste canal televisivo, contudo, só veio depois da queda do regime de Franco – “(...)

the emergence of public service broadcasting in the Spanish autonomous communities in the late 70s and early 80s was intended to make the system of public media in Spain more pluralist.” (Durán, 2015, p. 2)

A partir de 1975, a sociedade catalã uniu forças para recomeçar a luta em torno do seu processo identitário e cultural. Até então, o regime ditatorial optara por políticas de censura, desrespeito pela liberdade de expressão e por um sistema plural limitado. Neste quadro, a cultura catalã foi fortemente reprimida e a recuperação das suas bases culturais e sociais foram promovidas através de duas iniciativas legislativas, lideradas pela CiU : a primeira, a Lei de Normalização Linguística e a segunda, a Lei que deu origem à Corporação catalã de Rádio e Televisão – “(...) building on the idea that the Catalan population should become a single community (...) the CiU promoted two laws that intended to increase the level of knowledge and use of Catalan (...) (Durán, 2015, p. 12).

O principal foco de ambas, interdependentes, era a implementação da uniformização da língua catalã, algo que seria beneficiado através da criação de um canal público que utilizasse essa língua como idioma oficial da estação. O impacto destas medidas foi bem-recebido pelos vários partidos nacionalistas da região, mas apenas a CiU é que tomou a responsabilidade de avançar com os projetos apresentados e desde então tem tido um papel, ao nível da instrumentalização política, bastante significativo nos destinos do canal público – “(...) the Catalan nationalist coalition Convergència i Unió was the one who mainly undertook this project and has mostly driven the channel (...) (Durán, 2015, p. 3)

Houve um papel significativo dos *media* espanhóis e catalães no decurso da campanha antes do referendo, no dia da votação e após os resultados terem sido oficializados, isto porque não existia uma linha de diálogo entre as duas partes presentes neste conflito – Governo espanhol vs. Governo catalão. Os *media*, de uma forma geral, em cada um dos casos, acabaram por escolher um lado da questão, fazendo propaganda pelo mesmo, desrespeitando assim o princípio de uma imprensa livre e imparcial – “Politicians discrediting the veracity of news stories, the threat of legal actions from the State against some news media, and journalist being harassed in demonstrations from both sides of the debate.”. (Tàrrega, 2018, p. 136)

A escolha de uma tomada de lado em contextos referendários é prática comum entre os *media*, o que levou a acusações de parcialidade dos mesmos em relação aos dois lados da questão. Contudo, a atuação destes, no que diz respeito ao caso da independência da Catalunha, ultrapassou a tomada de lados no debate existente e instalou-se uma campanha contra o próprio

referendo – “In this context, the media have contributed to the generation of arguments in the political dispute.”¹²

Os eventos políticos eram então reportados por duas facções distintas: os partidos contra a independência e os atores políticos favoráveis à vontade independentista. Apesar de não existir uma campanha oficial, realizada por atores políticos, contra a independência, havia um movimento disfarçado contra o referendo que emitia comunicados de imprensa e que se organizava nas redes sociais para desmascarar aquilo que consideravam uma farsa. Este movimento “inorgânico” era desenvolvido e apoiado pelos *media* e pela articulação que estes faziam consoante a evolução dos eventos.

Tal como a divisão entre os dois lados da questão, os *media* espanhóis acompanharam esta separação e cada uma das partes optou por uma linha editorial: por um lado, existiam os *media* espanhóis, centrais, com uma maior repercussão a nível nacional e com uma atitude contra o independentismo e por outro lado, os órgãos de comunicação social locais e regionais catalães que se opunham ao centralismo do Governo espanhol e eram apoiantes da causa catalã – “(...) while Catalan news media reported on police violence against voters in polling stations, Spanish unionist news media published stories on how pro-independence news media promoted fake police violence images.” (Tàrrega, 2018, p. 137)

O papel politizado dos *media* ocorre porque há um entendimento por parte do sistema político que estes órgãos de comunicação são meios de transmissão de expressão ideológica e de mobilização em torno de uma causa. A politização dos *media* está associada à polarização pluralista dos sistemas de comunicação social, bastante vigor em Espanha e na Catalunha. Isto existe devido à proximidade entre os partidos políticos e os meios de comunicação social onde os primeiros exercem pressão sobre os últimos de forma a que esses promovam, com o objetivo de influenciar, a sua linha ideológica perante aqueles que têm contacto com estes meios – “The model of Polarised Pluralist media system (...) explains that in these contexts news media have been intimately involved in key political conflicts.”¹³

Ambas as estações públicas espanhola e catalã são alvo de acusações de enviesamento e parcialidade conforme o Governo da região – atuam sem isenção e são parciais para com o lado que defendem, tendo sempre em conta o executivo que se encontra em funções. Na Catalunha, o poder da televisão regional é maior devido ao carácter cultural e identitário que a

¹² idem

¹³ idem

TV3 tem desde a sua criação e os partidos políticos pró-independência acabam por ter uma grande força de influência na formação de opiniões e de percepções face à questão independentista, tentando gerar uma opinião pública comum e favorável ao independentismo – “Political actors have attributed news media a key role in shaping feelings of identity towards Spanish and Catalan nation-building projects respectively.” (Tàrrega, 2018, p. 138). Ao mesmo tempo, e apesar das críticas feitas também à cobertura da TVE, por parte dos seus próprios jornalistas devido ao enviesamento noticioso, o Governo espanhol ameaçou ocupar a televisão pública catalã como medida para garantir a imparcialidade e a verdade informativo, com o objetivo final de reconquistar a autonomia da região – “(...) its willing to control this instituiton relates to the role played by news media in Catalonia’s nation building project.”¹⁴.

A TVE começou por cobrir a história com a reprodução de comentários por parte dos membros do Governo, criando, à partida, um enquadramento político mais partidário, ignorando os eventos que estavam a acontecer no local da ação político, alterando a ordem natural dos acontecimentos. Havia um maior foco na ação política do Governo em Madrid do que na ação política na Catalunha. Os jornalistas desta estação exibiram cartazes, dentro das redações, com a hashtag *#Verguenza* (*#Vergonha*), como forma de protesto face às ordens editoriais, dados pelos produtores responsáveis – um protesto espontâneo, sem organização prévia como força de condenar a atuação adotada pelos seus superiores hierárquicos. (Al Jazeera English, 2017)

Os jornalistas da TVE sentiram-se então envergonhados pois como jornalistas de uma estação pública, estes deveriam ser os primeiros a informar o público dos acontecimentos. Como tal, juntaram-se para exigir a demissão do seu diretor de informação, visto que estavam a ignorar um dos maiores eventos noticiosos, a nível constitucional, ao tomar uma posição que ia contra os seus deveres. Muitos dos trabalhadores da estação pública relacionaram as escolhas editoriais em torno deste evento à queda de audiências, mostrando que há consciência, por parte dos telespectadores, daquilo que acontece no serviço público, deixando um espaço vazio para outras cadeias de televisão ocuparem, como a *La Sexta*.¹⁵

É importante compreender a força da televisão pública catalã na região, pois esta, para além de todos os outros *media* que foram criados nas últimas décadas, tem um impacto quase imediato no projeto de construção da nação catalã, quer através do uso e da promoção do

¹⁴ idem

¹⁵ idem

catalão, bem como através da criação de uma esfera pública regional com intenções de se tornar nacional. A proposta do Governo central espanhol em restaurar o serviço público de televisão catalão enquadra-se no contexto da escolha governamental sobre as direções dos próprios canais públicos, criando uma ideia, ainda que errada, de que as estações televisivas não são instituições independentes e que se movimentam conforme a composição política maioritária que existe em cada Parlamento – “The respective Spanish and Catalan parliaments elect the broadcast director by a 2/3 majority and (...) the majority party in the parliament can have effective control of public broadcasting.”. (Tàrrega, 2018, p. 139). Em qualquer dos lados da questão, os jornalistas são vistos como “soldados” a trabalhar em nome da causa que move a estação de televisão para a qual trabalham quando, na verdade, estes deviam manter o registo de imparcialidade, levantando todas as questões necessários, sem olhar a partidos.

Em entrevista a Enric Xicoy, professor na Faculdade de Comunicação e Relações Internacionais da Universidade Ramon Llull, em Barcelona, este afirma que a TVE tem sido instrumentalizada pelos atores políticos desde o início de todo o processo referendário, numa medida que visa a manutenção do *status quo* espanhol, em defesa da sua constituição. Ao contrário da televisão estatal, diz que a TV3 se pautou por uma informação mais equilibrada e imparcial, apesar da proximidade com o conflito em questão, em termos locais. Como exemplo de imparcialidade e distanciamento apresentados pela TV3, Xicoy afirma que os partidos pró-independência tentaram aparecer ao máximo no canal público regional, mas que essa situação lhes foi negada devido ao cumprimento dos critérios profissionais. Ainda assim, deixa um dado curioso – a audiência da TV3 na Catalunha não chega a um quinto (20%) da população e mesmo aqueles que estão a favor do movimento independentista, tendem a consumir notícias em meios de comunicação opostos ao seu posicionamento político. Uma das razões para que a audiência seja tão baixa é devido à proximidade e a à intensidade como a população catalã tem vivido esta temática, no decurso da sua História. No que diz respeito ao tipo de linguagem adotado por ambas as estações, o académico afirma que existe uma dualidade de adjetivos, quer para classificar atores políticos ou caracterizar tomadas de posição: separatistas vs. independentistas; nacionalistas vs. soberanistas. (Xicoy, 2019)

Marc Cesena, professor na Universidade Autònoma de Barcelona, no departamento de Ciência Política e Direito Público, afirma também em entrevista que a instrumentalização de ambos os canais tem sido um fenómeno em crescente e que estes se tornaram mais instrumentalizados com o aumento da vontade independentista, representada pelo aumento do poder dos partidos pró-independência. Contudo, acrescenta que de ambos os lados da questão,

os atores políticos têm-se apercebido do poder da televisão como uma ferramenta preciosa para a divulgação das suas correntes de opinião. (Cesena, 2019)

Cesena não reconhece que tenha havido um claro enviesamento em termos de conteúdo televisivo, dando como exemplo, a realização de um debate por parte da TV3 que reuniu atores políticos com pontos de vista diferentes sobre a questão em causa, algo que não se verificou com a TVE. Ainda assim, a TV3 pode ter tido uma posição editorial mais próxima da vontade independentista, mas mais por culpa da sua história e não tanto pela conjuntura em que se insere.¹⁶

Para o professor universitário, é difícil aferir se a TV3 teve, de facto, um impacto junto da população catalã, mas na sua opinião pessoal acha que se houve qualquer efeito polarizador da vontade independentista, junto da audiência catalã, este foi muito marginal e reduzido. As linhas editoriais, após o referendo, seguiram a estratégia delineada por ambas as estações – a TVE continuou por abranger de forma esporádica e apenas justificada a questão catalã, ao contrário da TV3 que manteve no ar, programas, debates e sátiras humorísticas sobre a questão, promovendo o diálogo entre os dois lados do conflito, sendo esta a maior diferença em termos de cobertura mediática entre ambas as estações.¹⁷

¹⁶ idem

¹⁷ idem

5. METODOLOGIA

5.1 OBJETO EMPÍRICO

Ao primeiro dia do mês de outubro de 2017, realizou-se, na região autónoma da Catalunha, uma consulta popular para decidir o futuro político catalão, sobre a sua independência face ao Estado espanhol. No boletim de voto, constava a seguinte questão: “Pretende que a Catalunha se torne num Estado independente sob forma de uma República?” – o “sim” ganhou com mais de 90% de votos válidos, mas apenas 43% dos eleitores recenseados é que compareceram nas urnas.

Para este caso de estudo, iremo-nos focar na diferença entre as coberturas mediáticas de duas cadeias de televisão com ampla importância nesta temática: uma a favor da causa independentista – a *TV3* – e um a favor da coesão e união do Estado espanhol – a televisão pública espanhola, a *TVE*. O ponto de partida desta análise passa por observar a forma como a cobertura dos *media* face à violência policial pois julgo que tenha havido uma representação parcial, enviesada que não corresponde à realidade dos factos por parte dos *media*. O principal objetivo é determinar se, de facto, houve essa parcialidade, sendo esta a pergunta de partida: poderão os meios de comunicação social em análise terem contribuído, deliberadamente, para uma representação errada da força policial, face às suas posições editoriais perante o conflito? A ideia-chave associada ao objeto de estudo apresentado são os confrontos que ocorreram entre votantes e autoridades policial e que possam ter sido retratadas de forma desigual pelos *media* em análise.

Há uma série de hipóteses indutivas que se podem retirar: a TVE acabou por ignorar as cargas policiais por ser uma televisão com um controlo estatal mais forte; a TVE não ignorou as cargas policiais, mas atribuiu as mesmas aos manifestantes que provocaram as autoridades em primeiro lugar; a TV3 caracterizou os manifestantes como pacíficos e ordeiros, não provocando distúrbios que levassem à violência.

5.2 TIPO DE MÉTODO

Para a realização deste projeto, o método qualitativo será o método escolhido, visto que se irá proceder à análise de notícias e de posições editoriais por parte dos meios de comunicação televisivos, apoiada numa linguagem escrita. A análise qualitativa será de tipo mais indutivo conforme a análise de provas mais textuais, mas de carácter mais dedutivo conforme a análise de notícias e reportagens que saíram em ambos os órgãos de comunicação social propostos para

análise – a descrição que é feita pelos jornalistas, na produção das suas reportagens, sobre a forma como definem os manifestantes e as forças policiais.

Os produtos específicos a serem analisados serão reportagens de ambas as estações, de manifestações e de confrontos, onde se verificaram os momentos de maior tensão, entre forças policiais e manifestantes, com o foco a incidir no dia da realização do referendo. A técnica específica será a análise de reportagens e, conseqüentemente, a análise textual das mesmas – descrever a forma de como as intervenções policiais são representadas pelos *media*, nomeadamente em contextos eleitorais. O tratamento linguístico a ser observado basear-se-á numa dicotomia de possíveis adjetivos que possam ser usados ou a favor ou contra a atuação policial: a favor – a polícia como salvadora, heroica e justa; contra – a polícia como agressora, repressora, antidemocrática.

Será ainda utilizado o método quantitativo para a elaboração de percentagens sobre o tipo de notícias que saíram, comparando estas entre as duas estações televisivas.

5.3 DEFINIÇÃO DO MÉTODO

Do ponto de vista metodológico, para este ensaio será utilizado o método de análise mais convencional: o método qualitativo. Irão ser analisados discursos escritos, com grande matéria política por detrás dos mesmos como notícias eleitorais e reportagens escritas dentro destes órgãos de comunicação social, mas também serão analisados discursos visuais como reportagens transmitidas por estas estações de televisão, analisando o *framing* que é dado a cada uma delas, conforme as estações e um acontecimento explícito que marca a o dia da votação referendária. Qualquer análise a um conteúdo mediático pode ser alvo de diferentes interpretações metodológicas, ambas com o objetivo de desconstruir peças emitidas pelos diferentes tipos de *media*.

No que diz respeito à matriz qualitativa, esta análise tem como objeto a identificação e visualização de um determinado conteúdo e partir para a sua desconstrução, debatendo as temáticas associadas a este e quais os efeitos que este pode gerar para aqueles que o veem e discutem em sociedade. O estudo de análise de conteúdo mediático surgiu, pela primeira vez, em 1927, por Harold Laswell, quando este começou por estudar os efeitos da propaganda nos meios de comunicação social. Para este teórico, a premissa inicial era apoiada sob o seguinte desígnio: *quem diz o quê, por que meio, para quem e com que efeito?*

Porém, nas décadas seguintes, e com a chegada da televisão, a análise de conteúdo mediático expandiu-se para os estudos das ciências sociais e também sobre a comunicação de massas, em particular. Considera-se então que a análise de conteúdo é utilizada para estudar uma larga amostra de textos, que variam desde transcrições de entrevistas, passando por discussões no âmbito da pesquisa social até chegar a programas de televisão, filmes e a conteúdos publicitários ou a editoriais dos órgãos de comunicação social.

Mais tarde, Newbold e outros teóricos definiram dois ramos complementares para a análise qualitativa de textos: o primeiro diz respeito à narratologia, ou seja, a narrativa utilizada para contar uma história, descrever um evento, com ênfase e/ou com significados que podem decorrer da estrutura textual e da escolha de palavras; e em segundo, a semiótica e a atenção dada aos signos nos textos e de como é que os leitores interpretam ou decifram esses signos, algo que vai ser abordado mais à frente – “The essential concepts of semiotics and semiology are that words and images are signs that «stand for» or «signify» something else beyond their obvious manifest meaning (...) – collectives of signs that produce certain meanings.” (Macnamara, 2005, p. 16)

A análise semiótica aplica-se a textos, mas também a imagens pois estas como fotografias e determinados ícones representam signos-chave em textos de *media*, criando o mesmo efeito de interpretação que existe na análise de discurso escrito. Na análise visual, a interpretação de uma fotografia pode ter várias interpretações e o ângulo em que esta é tirada é também importante para a interpretação dos signos que nela vemos representados – “Road signs and international symbols (...) are examples of icons and symbols that signify meanings beyond themselves.”¹⁸

Por fim, fica um resumo de elementos-chave textuais que são analisados no âmbito de conteúdo qualitativo: o uso de adjetivos em descrições, dando indicação da atitude do orador ou do escritor; o ponto de vista adotado pelo autor das peças; a integração visual de imagens num texto e o uso de análise binárias no decurso do texto, observando a sua posição e o seu uso para realçar um contraste.

5.4 VANTAGENS DO MÉTODO

O uso do método qualitativo para a análise de discursos mediáticos reúne várias vantagens, que nos permite aferir resultados mais próximos das realidades dos factos que nos

¹⁸ idem

rodeiam. Para efeitos de pesquisa, a análise deste tipo de conteúdo permite-nos analisar a ideologia daqueles que produzem este tipo de conteúdo e quais os meios que estes usam para tentar expandir o seu pensamento, apontando diretamente para aspetos comunicacionais, como textos ou transcrições de entrevistas/reportagens. Tem como principal objetivo tentar entender a forma como a sociedade reage aos produtos emitidos pelos *media*, mas também de estudar a forma como as empresas aproveitam estes meios para promover um certo tipo de consumo – informativo, entretenimento, por exemplo.

Por outro lado, este método permite-nos reunir uma maior base de pesquisa dos *media*, visto que se baseia em imagens, palavras e sons, o que confere aos documentos um carácter de permanência e que estes dados poderão ser reutilizados para futuras pesquisas. É, ao mesmo tempo, uma componente auxiliar da metodologia quantitativa pois ao basear-se em factos teóricos pode ajudar a qualificar dados que tendem a ser quantitativos.

5.5 DESVANTAGENS DO MÉTODO OU LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Uma das principais críticas apontadas à metodologia qualitativa e, conseqüentemente, à análise de conteúdo mediático é a interpretação pessoal do investigador, do observador, o que pode levar a múltiplas interpretações de um objeto de estudo – “Mass media analysis may also not correspond to the interpretation of others researchers as it is about how you operationalise the information acquired.”. (Trueman, 2019). Assume-se que a audiência, que tem contacto com os diversos conteúdos de *media*, é amorfa e que, por isso, não tentam analisar a interpretação daquilo que lhes foi transmitido, nem o contexto onde surge, isto é, o enquadramento dado por determinado órgão de comunicação social. Como vimos antes, através da introdução da análise semiótica, a interpretação que os leitores fazem dos signos pode variar e criar múltiplas interpretações de um só texto. Esta análise, errada, pode então levar a uma representação distorcida daquilo que a sociedade pensa sobre um determinado assunto.

Ao estudar linhas editoriais e posições políticas de organizações de *media*, o método escolhido apresenta uma enorme limitação pois o princípio da imparcialidade não está garantido, visto que há uma tomada de posição sobre um determinado assunto e que poderá enviesar o conteúdo mediático que irá produzir, assim como o enquadramento dado a um determinado acontecimento (dicotomia esquerda vs. direita, por exemplo).

5.6 ADEQUAÇÃO DO MÉTODO

A escolha da televisão como *media* a ser analisado não foi aleatória. A particularidade de existirem duas televisões públicas dentro de uma só nação – a TVE e a TV3 é o ponto de partida para esta justificação, ainda para mais com o alinhamento editorial que caracteriza ambas. Apesar da constante evolução dos *media* e dos desafios que a televisão enfrenta, esta continua a ser o principal meio através do qual as pessoas têm contacto com os acontecimentos do dia – “Traditional television formats, including evening bulletins and 24-hour news channels still serve large audiences” (Nielsen & Sambrook, 2016). Uma das vantagens para que este meio seja escolhido ao invés dos jornais ou das rádios, por exemplo, é o acompanhamento em direto de um determinado evento, tal como aquele aqui analisado, conferindo-lhe um carácter de continuidade e de permanência com a recolha de fontes sonoras e visuais. A televisão acaba por conjugar ambas as desvantagens da rádio e dos jornais, da rádio pois esta só transmite som e não imagens e dos jornais porque estes reportam sempre com uma dia de atraso, uma espécie de reportagem em diferido quando comparados com a televisão.

Numa primeira fase, será feito um contexto teórico sobre a sociologia da comunicação, a comunicação política e as matérias que nos irão ajudar a estudar o objeto de estudo, de forma a delimitar os objetivos traçados e que são essenciais para a abordagem deste tópico. Até aqui, o método qualitativo mostra-se como importante porque permite reunir dados qualitativos, na medida em que todos eles são baseiam em factos, quer históricos, quer sociais, o que não irá permitir um grande desvio em torno da interpretação que possamos fazer dos mesmos. Permite-nos contextualizar, histórica, política e teoricamente o caso de estudo que temos entre mãos.

Na fase seguinte, o método qualitativo entrará em cena numa fase de recolha de factos históricos, ou seja, dispensando a análise de conteúdo mediático. Isto porque a primeira recolha de dados qualitativo irá incidir sobre o contexto histórico que marca este conflito político, tentando perceber desde o primeiro momento, o porquê do independentismo – as suas motivações, os seus avanços e recuos. Acompanhar o decurso da história e a evolução do sentimento independentista, sem esquecer a origem dos canais da televisão e a adoção do estilo editorial de ambos face ao conflito aqui em análise.

O ponto que mais irá abordar a metodologia e análise acima descrita será o seguinte: a análise das linhas editoriais dos dois meios de comunicação propostos a serem analisados e a interpretação que se fará de cada um deles. Aqui, o método irá ajudar a relevar informações sobre o caso estudado, partindo do princípio da oposição entre dois lados sobre uma questão – a TVE a favor da união nacional e a TV3 a favor da causa independentista. Ao saber de antemão

que existem duas estações com posições diferentes sobre o mesmo assunto, a recolha de dados qualitativos é enviesada por estes dois órgãos de comunicação social, o que tornará o trabalho do investigador mais complexo, pois não existe uma imparcialidade reconhecida em torno deste assunto.

Contudo, e apesar das dificuldades, este método continua a ser o correto para extrair os resultados às questões propostas no decorrer deste estudo. Será através dele que iremos analisar textos, peças jornalísticas e interpretações das intenções de voto conforme o desenvolvimento dos acontecimentos.

6. ANÁLISE DA COBERTURA MEDIÁTICA

A História já o tinha provado, mas a realização do referendo veio apenas reforçar o enviesamento mediático de ambas as estações, num dos momentos mais críticos e tensos da questão catalã. Com o aumento das manifestações, tanto a favor da independência catalã como da unidade nacional espanhola, as posições entre ambos os lados tornaram-se cada vez mais extremadas, levando muitas vezes a conflitos entre membros de ambos os grupos das manifestações, mas também ao aumento da intervenção policial no seio destes conflitos. É, aliás, o motivo de análise desta dissertação: analisar a forma como a intervenção policial foi relatada por ambos os canais, durante os pontos mais intensos do dia do referendo.

Para tal, serão utilizadas reportagens da TVE e da TV3, disponíveis no site de ambas, que mostram como a intervenção policial foi enquadrada de forma distinta pelas televisões e como foi feita a descrição da sua atuação.

A TV3 tem disponíveis dezasseis notícias no seu site sobre o referendo, sendo que destas menos de metade abordam a intervenção policial – são apenas sete e correspondem a 44% das notícias do dia que tinham o referendo como assunto. Por outro lado, no site da TVE conseguimos encontrar cerca do dobro das notícias da congénere regional, trinta notícias sobre o referendo, vinte e duas quais que incidem sobre a atuação das forças de segurança, cerca de 73% das notícias que saíram nesse dia sobre a votação.

Começamos então pela televisão pública espanhola, do total de notícias que saíram nesse dia, oito delas encontram-se na categoria da generalidade, cinco destas com reportagens em vídeo. Destas, duas são sobre a partida de futebol entre Barcelona e Las Palmas que se realizou à porta fechada por motivos de segurança, evitando a suspensão do jogo. (RTVE.es, 2017) (RTVE.es, 2017) Outras duas notícias (Menéndez M. , 2017) (Menéndez M. , 2017) que saíram neste dia são reportagens escritas sobre as motivações independentistas, o desafio constitucional, a resposta do Governo espanhol e a organização da Justiça e da Administração espanhola com o delineamento de medidas a adotar em caso de necessidade, se se verificassem situações ou ações que colocassem em causa o Estado de Direito Democrático e violassem as leis e a Constituição do país.

As restantes relataram a forma como o então Presidente do Governo estava a acompanhar a situação na região (RTVE.es, 2017); o acompanhamento da votação dos principais membros da administração catalã (RTVE.es, 2017) e a proteção das mesas de voto por centenas de cidadãos desde a noite anterior ao referendo (RTVE.es, 2017). Em entrevista ao *Fumaça*, Alsina

Leal considerou que este é um momento simbólico pois mostra a vontade que muitos dos cidadãos tinham em assegurar que a votação decorresse sem incidentes e para que estas pudessem ser abertas ao início da manhã de domingo. (Leal, 2017). Por fim, há ainda o primeiro noticiário da manhã que incide sobre as primeiras horas do referendo, da resistência dos votantes face à chegada das forças policiais, mas também com a referência a outros assuntos que marcavam a atualidade internacional. (RTVE.es, 2017)

No plano das notícias que destacaram as intervenções policiais, aqui destacam-se dois ramos: primeiro, uma abordagem generalizada à ação das forças de segurança e segundo, a reação política a esta mesma intervenção, mas também à votação realizada. Focando-nos no primeiro ramo, há uma notícia em formato de foto-galeria (RTVE.es, 2017) que compressa as imagens do dia de referendo, cinco com reportagens em vídeo. As restantes quatro são reportagens escritas que contam ainda com recurso a fontes fotográficas e de vídeo como complemento: (i) conclusões e reações ao voto no referendo (Menéndez M. , Referéndum en Cataluña: Cataluña avanza hacia la declaración de independencia tras un 1-O sin garantías y convulso, 2019); (ii) o resumo da cobertura em direto feita ao dia do referendo pelo site da TVE (Castaño & Charre, 2017); (iii) identificação do número de feridos (RTVE.es, 2017) e (iv) a forma como a imprensa internacional cobriram a situação local com foco na violência policial. (RTVE.es, 2017)

Nas reportagens em vídeo, na primeira, faz-se o relato do número de vítimas, acompanhado por imagens que mostram a carga policial e o uso de balas de borracha para dispersar a multidão junto a um dos locais de voto (RTVE.es, 2017). Duas destas reportagens abordam a passividade da atuação dos Mossos D'Esquadra (a polícia local catalã) após estes terem sido incumbidos de encerrar mesas de voto e de recolher qualquer tipo de material eleitoral, de forma a que a sua atuação limitasse a realização do referendo (RTVE.es, 2017) (RTVE.es, 2017). Neste conjunto de reportagens, encontramos ainda o noticiário da tarde (RTVE.es, 2017) onde, ao contrário do noticiário matinal, a intervenção policial já é abordada após a Guarda Civil espanhola, a mando da justiça espanhola, ter irrompido pelos locais de voto. Este noticiário acabou por reunir as declarações dos principais partidos políticos com assento parlamentar no Congresso dos Deputados, juntando também imagens da repressão policial que se fez sentir. Por fim, a última reportagem em vídeo encontrada neste ramo – contrasta com todas as outras que foram apresentadas – transmite uma ideia de normalidade nas ruas de Barcelona apesar dos incidentes gerados em torno do referendo. (RTVE.es, 2017)

Das imagens reunidas pela TVE para a sua foto-galeria, a grande maioria ilustra as cenas de violência policial sobre os cidadãos, quer em aglomerados, quer nas mesas de voto, assim como a ação da polícia na retirada de votos e de urnas nos colégios eleitorais.

Nas restantes reportagens inseridas neste ramo, encontramos duas que sintetizam toda a ação do dia – a cobertura em direto do dia do referendo desde a primeira hora com destaque para *tweets* de apoio para os eleitores ou de denúncia da opressão policial, reações das principais instituições políticas espanhola e catalã ao voto, em suma, o relato do desenrolar da votação desde a noite anterior onde muitos se juntaram para resguardar os locais de voto até ao momento do anúncio do resultado ao referendo e as reações a este. Mais sintetizada, ainda há outra notícia que mostra os resultados eleitorais, a declaração de Puigdemont em prosseguir com a vontade independentista agora expressa nos votos, os relatos da brutalidade policial que se fez sentir e ainda um apelo de Rajoy para uma solução conjunta e única entre todos partidos para dar resposta a este impasse.

Uma das notícias que começa por corroborar a ação violenta e repressiva da Guarda Civil espanhola é o resumo que a TVE apresenta, no seu site, dos órgãos de comunicação social estrangeiros apelidando a situação catalã como caótica, violenta, marcada por incidentes e motins, sempre acompanhadas por imagens que ilustram a situação descritiva, assim como a informação do número de feridos, quer sejam civis ou membros da polícia. A notícia que mais importância terá para esta análise é aquela em que se foca no número de feridos por consequência da atuação das forças de segurança, que utilizaram balas de borracha e de um excesso de força, apesar dos feridos não se verificarem só na população civil. A esta notícia, faremos a análise mais à frente para a comparação com uma notícia de caráter semelhante da TV3, contrapondo os estilos descritivos de ambas para a situação que se viveu.

Como em qualquer acontecimento eleitoral, há registos sobre as reações dos partidos políticos. Aqui, o dado curioso vai para a inclusão dos áudios da Rádio Nacional espanhola (RNE) no site da TVE, visto que ambos os órgãos partilham o mesmo domínio online (RTVE – Rádio e Televisão de Espanha), tal e qual como acontece em Portugal com a RTP (Rádio e Televisão de Portugal).

Cinco das doze notícias associadas ao primeiro de outubro de 2017, encontradas neste tipo, são áudios extraídos da RNE: (i) Albert Riviera, líder do Ciudadanos, propõe a realização de eleições antecipadas para substituir o então líder da Generalitat (RTVE.es, 2017); (ii) o líder dos socialistas catalães (PSC) pede a demissão, tanto de Rajoy como de Puigdemont, para

convocar novas eleições, na esperança que deste sufrágio possa surgir uma nova abordagem para o diálogo entre ambas as partes (RTVE.es, 2017); (iii) a condenação da violência policial pelo líder do Governo regional, descrevendo esta como “irracional” e “injustificada”, uma imagem que ficará sempre associada às decisões tomadas pelo executivo central para impedir a realização do referendo (RTVE.es, 2017); (iv) também o líder do atual Unidas Podemos, Pablo Iglesias, condenou os atos policiais, descrevendo-os de “injustificados”, deixando ainda uma mensagem de solidariedade para com aqueles que se dirigiram às urnas (RTVE.es, 2017); (v) por fim, ainda no espectro político à esquerda, uma troca de acusações entre Podemos e PSOE, onde os primeiros responsabilizam, indiretamente, os últimos pela situação catalã devido à ausência de oposição dos socialistas face ao PP. (RTVE.es, 2017)

Em formato vídeo, encontramos as declarações de um dirigente do PSOE, mandato para as questões da políticas regionais, José Luís Ábalos, que afirma que o derrotado destas eleições foi o executivo de Rajoy pois foi superado pela força política da Generalitat, apelando também ao regresso à paz e ao fim dos atores violentos. (RTVE.es, 2017). Ainda neste registo, encontramos os dois principais atores políticos do C’s, o seu líder Albert Riviera e a líder do partido na Catalunha, Inês Arrimadas. (RTVE.es, 2017). Aqui, Riviera alertou para o teatro político encenado por Puigdemont poder resultar na declaração unilateral da independência, após a consulta popular ter dividido uma sociedade progressista como é a sociedade catalã. De seguida, e na sequência do alerta feito por Riviera, encontramos uma reportagem com Puigdemont (RTVE.es, 2017), rodeado por membros do seu Governo, afetos à causa independentista, afirmando que levará o projeto de lei da independência da Catalunha ao parlamento regional se o voto do “sim” ganhar ou a proposta de realização de novas eleições caso o “não” vença. Indo de encontro ao que o líder do C’s afirmou sobre a encenação do processo referendário, também o ministro do Interior, Juan Ignacio Zoido, apareceu para confirmar a ideia de uma instrumentalização dramática do referendo, voltando a classificar o mesmo como “ilegal”. (RTVE.es, 2017)

Nota ainda para a recolha das primeiras reações de personalidades políticas ligadas à região, como do vice-presidente do Governo catalão, Oriol Junqueras, e da presidente da câmara de Barcelona, Ada Colau. (RTVE.es, 2017) Ainda nesta tónica, destaque para a reação por parte da Generalitat, na pessoa do Jordi Turull, porta-voz do Governo regional, classificando a atuação do Estado como selvagem e uma vergonha para a Europa. (RTVE.es, 2017) Por fim, a declaração do presidente do Governo espanhol, dirigindo-se a todos os espanhóis (numa clara alusão ao apelo pela unidade nacional), refletindo sobre os recentes acontecimentos na região

e apelando à reunião entre todas as forças políticas no Congresso para iniciar uma ronda de trabalhos conjunta, entre todos, de forma a dar a melhor resposta ao desafios independentista que criou um novo quadro institucional, sem precedentes na história do país. (RTVE.es, 2017)

No que diz respeito à TV3 e começando já a comparação de alguns dos detalhes que foram apresentados, a televisão pública regional apresenta dezasseis notícias, no seu site, sobre o dia do referendo, sendo que deste total, oito são sobre a intervenção policial, representando, aproximadamente, 44% da totalidade das notícias. Aqui, vemos já uma clara diferença na cobertura que foi feita entre estes meios. Das oito, três são foto-galerias, tal como aquelas apresentadas pela TVE, com principal foco na brutalidade da ação policial em locais de voto e para com os votantes (TV3, 2017) (TV3, 2017) (TV3, 2017). Também, tal como a televisão pública central, a TV3 noticiou o facto do jogo do Barcelona, agendado para esse dia, se ter realizado à porta fechada (TV3, 2017). Sobre a temática da intervenção policial, será também escolhida uma notícia específica para análise e comparação posterior com a notícia escolhida do site da TVE.

Devido à análise previamente feita, há casos de notícias que apareceram em ambos os canais, com a mesma mensagem: (i) a primeira reação do acompanhamento da situação por parte do executivo espanhol (TV3, 2017); (ii) a declaração de Jordi Turull sobre a violência policial (TV3, 2017); (iii) a intervenção de Rajoy após o fim da votação (TV3, 2017); (iv) a comparência do Governo de Puigdemont e o repto lançado para a declaração de independência. (TV3, 2017)

Uma das características que marca a cobertura feita por parte da TV3 é o uso de *tweets*, muitos destes com vídeo, que ilustram, em direto, os eventos que estão a acontecer. Prosseguindo com a análise, as notícias que podemos encontrar são as seguintes: (i) o número de cidadãos que se dirigiram às urnas, apesar das cargas policiais (TV3, 2017); (ii) o relato de problemas informáticos num colégio eleitoral em Reus (TV3, 2017); (iii) a vigília de duzentos cidadãos junto à antiga biblioteca de Sallent (TV3, 2017); (iv) a recusa do vice-juíz de Barcelona para o uso da sala de imprensa da sede do poder judicial catalão para os *media* fazerem o acompanhamento do desenrolar dos acontecimentos (TV3, 2017); (v) a visita de Puigdemont a um dos colégios eleitorais. (TV3, 2017)

Relativamente à violência policial, destaque para a notícia que reporta a carga policial sofrida pelo presidente da ERC de Tarragona (TV3, 2017). Ainda nesta temática, há ainda uma notícia sobre o número de locais de voto encerrados por ordem policial e o número de detidos

e de feridos, tantos civis como membros das autoridades policiais locais e nacionais. A outra, que será analisada, em comparação com a notícia escolhida da TVE, fala sobre o número de vítimas, numa notícia acompanhada com relatos de rua – imagens e vídeos de populares. (TV3, 2017)

6.1 ANÁLISE COMPARATIVA

Começamos pela notícia selecionada da TVE (RTVE.es, 2017). O canal reduz o dia do referendo a dois momentos relevantes: as filas formadas pelos cidadãos para exercer o seu direito de voto e as cargas policiais que tentaram impedir a realização deste voto. O primeiro adjetivo utilizado para a caracterização destas cargas policiais, levadas a cabo por parte da Polícia Nacional e da Guarda Civil, é “dureza” e que resultou no fecho de, pelo menos, uma dúzia de mesas de voto.

Dos números apresentados, Turull afirma que apenas 73 foram vítimas das intervenções realizadas pelas autoridades policiais. Como resultado destas ações, o Governo regional avançou com uma ação judicial por denúncia das cargas policiais, mas a Justiça espanhola fica também encarregue de avaliar a reação dos Mossos d’Esquadra pela sua inação no impedimento da consulta popular. Os primeiros sinais do forte dispositivo policial ocorreram logo nas primeiras horas da manhã do referendo cujos relatos apontaram para um cenário de tensão, de luta e de violência. Apesar do aparato criado com a intervenção policial, a votação prosseguiu da parte da tarde, mas foram criadas medidas, pelos cidadãos, para evitar o ressurgimento de confrontos com as forças policiais, tais como a montagem de barricadas com cercas para impedir a recolha das urnas de voto.

De acordo com a TVE, os confrontos com as autoridades ocorreram em todos os bairros de Barcelona, contudo, a situação mais grave ocorrera junto a uma mesa de voto que levou ao recurso a balas de borracha por parte da polícia após a apreensão de material eleitoral. Este confronto ainda tentou ser mediado pelos bombeiros que estavam no local, mas sem sucesso. Esta ação policial ocorreu, segundo a TVE, após três avisos dos agentes para que as carrinhas policiais efetuassem o seu trajeto sem obstáculos, mas visto que estas condições não se verificaram, a polícia disparou balas de borracha para criar uma distância de segurança entre polícias e manifestantes. Porém, um destes manifestantes foi, *supostamente*, atingido por uma das balas. Um dado importante é o regresso do uso de balas de borracha, depois destas terem sido proibidas.

Também se verificaram momentos de tensão nas mesas de voto onde Puigdemont e Carme Forcadell, presidente da Generalitat, votaram. Na mesa de voto do presidente do Governo regional, a polícia de intervenção impediu a entrada de um número de votantes e foram registados confrontos físicos com algumas das pessoas que ali se encontravam. Após a resistência, as autoridades acabariam mesmo por retirar as urnas e o restante material eleitoral. Em Sabadell, onde votou Forcadell, a polícia de choque da Guarda Nacional também foi chamada a intervir devido à resistência montada por centenas de cidadãos que se opunham à intervenção policial. Aqui também se registaram confrontos e a polícia acabou por partir o vidro da porta da entrada do colégio eleitoral onde depois acabou por recolher todo o tipo de elementos associados ao referendo. À saída, os manifestantes seguiram os agentes e acabaram por dispersar após o recuso a balas de borracha disparadas sucessivamente. No seguimento desta ação, várias ambulâncias ocorreram ao local para tratar dos feridos.

Por toda a Catalunha, verificaram-se momentos de tensão entre os votantes e as figuras policiais que se encontravam a cercar as mesas de voto, impedir a entrada de cidadãos e a recolher os materiais de voto. Contudo, apesar da resistência pacífica em muito dos locais, esta acabou por não se verificar após um ataque a membros da polícia de choque e à expulsão de um grupo da Guarda Civil, em Tarragona. O Ministério do Interior avança com um número impreciso de agentes feridos, mas confirma que 33 agentes necessitaram de apoio médico, 19 da Polícia Nacional e 14 da Guarda Civil.

Em suma, a maioria das intervenções policiais foi efetuado por membro das Guarda Civil ou da Polícia Nacional, após uma recusa da ação por parte dos Mossos d'Esquadra. A Justiça espanhola anunciara que seria aberto um inquérito para avaliar a passividade desta última força policial, ao mesmo tempo que o chefe dos Mossos seria alvo de um inquérito por parte dos sindicatos afetos à polícia. A polícia local é acusada de não cumprir ordens do Tribunal Superior de Justiça da Catalunha e de agir com uma “ligeira vergonha” ao não impedir a realização das votações e ao manipular dados sobre a participação eleitoral. São também acusados de perturbar o trabalho das outras duas forças policia acima mencionadas, atuando sempre à margem da lei. Para evitar os distúrbios que tinham perturbado o voto nas primeiras horas, o Governo catalão instaurou um censo universal, permitindo que qualquer eleitor pudesse votar em qualquer mesa de voto.

Por fim, a Generalitat acusou o Estado central de exercer uma “repressão policial” contra um ato democrático, enquanto o Governo nacional responsabilizou o regional pelo caos vivido

nos locais de voto, ao mesmo tempo que os partidos da oposição pediam a criação de uma linha de diálogo entre ambas as partes.

Concentremos agora o foco na TV3 e na análise da peça escolhida (TV3, 2017). Tal como as notícias anteriormente analisadas, também esta se pauta por um estilo próprio, de poucas frases, apoiada por fontes fotográficas ou o recurso à integração de *tweets* no corpo do texto. Ao contrário da TVE, que reutilizou as reportagens que havia utilizado em outras notícias, a TV3 utiliza imagens do confronto com as autoridades ou das consequências dessa carga policial – feridos a serem retirados das ruas em macas, cidadãos a mostrarem as marcas das balas de borracha que foram disparadas e a brutalidade da intervenção policial. Daqui, e em jeito de início de comparação entre ambas, a análise da linguagem textual utilizada pela televisão pública catalã será mais limitada, dado à escassez deste tipo de fontes.

O título é acusador e afirma que 893 pessoas ficaram feridas após a atuação da polícia espanhola, fazendo a clara divisão entre quem é o agressor, repressor – as autoridades policiais – e as vítimas – os cidadãos, os votantes. Do número total de feridos, estes foram socorridos pelas equipas de emergência médica presentes no local, sendo que apenas dois foram internados por se encontrarem em estado grave. A TV3 dá ainda destaque para o enfarte sofrido por um cidadão no momento em que a polícia irrompeu pelo bairro onde se encontrava.

A TV3 fala em confrontos entre polícias e votantes um pouco por todo o território catalão e classifica-os de “violentos” após momentos de elevada tensão que resultaram em “empurrões”, “atropelamentos de pessoas” por parte das forças policiais perante aqueles que se encontravam para exercer o seu direito de voto. O canal público regional opta por se focar na recolha de testemunhos diretos, como por exemplo o seguinte: uma jovem ficou com os dedos partidos ao tentar defender um grupo de idosos que se encontravam num colégio eleitoral.

Destaque também para a recordação da proibição do recurso a balas de borracha, um elemento proibido a todas as forças de segurança, quer sejam locais ou nacionais. Mais uma vez, a TV3 dá outro exemplo de um caso de um jovem que ficou ferido no seguimento do disparo deste tipo de balas e que corria o risco de perder a visão. O Governo catalão apelou a todos os feridos que se dirigissem aos centros de saúde mais próximos e que efetuassem uma queixa junto dos Mossos d’Esquadra a denunciar os atos violentos de que foram alvo por parte das restantes forças policiais.

Por fim, referência ao número de feridos entre as autoridades policiais, números coincidentes com aqueles que foram avançados pela TVE. Aqui, importante mencionar o

recurso a um *tweet* do Ministério do Interior espanhol, sob a alçada do Estado central, que mostra os agentes feridos.

Em jeito comparativo, a primeira conclusão a retirar desta análise é que ambas as estações cobriram, genericamente e de igual forma, a intervenção policial. Isto é, apesar do discurso mais emotivo e explícito da TV3 com a enumeração de casos particulares de feridos, nenhuma das estações negou a brutalidade das intervenções policiais. As expressões e palavras que ambas as estações televisivas usaram foram: “momentos de tensão”, “violência”, “confrontos”, “cargas policiais”. Há então uma concordância na condenação da violência que foi exercida pelas autoridades de ambas as partes.

Destaque para o uso do advérbio de modo “supostamente”, pelo canal sediado em Madrid, aquando da menção ao uso das balas de borracha. Este uso poderá ter duas interpretações distintas: primeiro, a sensação de imparcialidade e de questão sobre o efeito que estas tiveram; segundo, uma tentativa de descredibilização deste uso e da criação de uma ideia de suspeição em torno da ação policial.

Ao contrário da TVE, a TV3 foca-se mais nos resultados da violência policial sobre os cidadãos e não, como a TVE, na forma como os polícias atuaram e quais as consequências desta atuação. Destaque também para a ausência, no geral, da recolha de testemunhos de atores políticos com base em Madrid, por parte da TV3, mostrando uma vez a limitação geográfica que deu à cobertura mediática e à questão em causa.

6.2 APLICAÇÃO TEÓRICA

No seguimento da teoria apresentada no início deste ensaio, e após a apresentação daquilo que foi a análise mediática deste conflito, há várias conclusões que se podem retirar, tendo sempre em conta a complexidade da questão em análise. Em ambos os canais, as notícias das intervenções policiais foram sempre enquadrados num ambiente em que a polícia era a força opressora, à exceção da intervenção dos Mossos D’Esquadra, uma intervenção pautada pela inação do mesmos e aparente concordância com as ordens do Governo regional.

De acordo com o paradigma do protesto, não há uma caracterização semelhante face aos grupos de protesto, mas sim face às autoridades policiais cuja atuação é vista como violenta e opressora, tanto na TVE como na TV3. Levando ainda em conta o paradigma apresentado, a TVE tende a classificar o movimento que organizou o referendo pela independência como marginal, seguindo as declarações polícias sobre o referendo, nomeadamente aquelas que foram

emitidas do executivo espanhol, por desafiar o *status quo* existente. Pelo contrário, na TV3 passamos a ter uma ideia de que este movimento tende a ser legítimo e que a sua legitimidade passa mesmo pela realização do referendo.

No seguimento deste raciocínio, ambas as estações tentam suportar a conjuntura onde se inserem, a televisão pública espanhola pela defesa da Espanha indivisível, num só Estado, criticando aqueles que ameaçavam romper com essa ordem e a televisão pública regional que critica as medidas tomadas pelo Estado central para o impedimento da realização desta votação, ficando do lado daqueles que tentam instituir a luta política. Porém, é o canal com sede em Madrid que vai assumir um maior papel de vigilância perante a possibilidade de uma desordem política e social, na defesa do *status quo*, através das transmissões das declarações dos principais políticos espanhóis, nomeadamente daqueles com representação parlamentar em Madrid. É, através, destas declarações que é feito um ataque a uma personalidade ou a um grupo de personalidades, neste caso, o Governo catalão, presidido por Puigdemont, pois o desafio que estes apresentam, com a realização do referendo, foi capaz de abalar a estrutura sociopolítica da sociedade espanhola, incluído a catalã.

Ainda no seguimento da teoria do *framing*, o enquadramento dado àqueles que organizam o protesto vai sempre depender do meio que os vai enquadrar, consequência também da relação que estes têm, até porque ambos os canais têm um apoio político e económico diferente. Politicamente, é o Governo catalão que escolhe a direção da TV3 e o mesmo acontece com o Congresso de Deputados perante a TVE. Há uma tendência para a concentração dos eventos naqueles que procuram destabilizar o *status quo*, sem olhar para a causa pela qual se unem. Contudo, estas ações podem não ser suficientemente importantes para reforçar o apoio às forças institucionais, de ambos os lados da questão, visto que ambos os canais de televisão realçaram o uso excessivo da força policial, corroborando este relato com a reunião de peças de meios de comunicação social estrangeiros.

Regressando ao paradigma do protesto, o aumento da cobertura mediática devido a casos de violência policial poderá levar a caracterizações erradas dos grupos que se encontram em discussão neste conflito. Serão os cidadãos que estão a agredir as forças policiais ou serão estes últimos a reprimir um direito da vida democrática para os catalães? Em suma, conclui-se que foram raras as vezes em que os próprios cidadãos afrontaram as forças policiais, sendo que estas não deixaram de ser vítimas dos confrontos que travaram. A única certeza é que foi a Guarda

Civil que irrompeu por mesas de votos, tentando acabar, à força, com qualquer processo de voto, uma ação que contrasta com a aparente calma e tranquilidade da polícia local.

Para uma justificação mais plausível que notificam, os *media* passam por citar e usar fontes que garantam a imparcialidade jornalística. De facto, esta verificou-se, no plano político, com a TVE que reuniu comunicados e declarações à imprensa por parte dos partidos com base em Madrid, mas também em Barcelona. Já a TV3 emitiu apenas as declarações de Rajoy, por ser chefe do Governo espanhol, sem qualquer menção às restantes forças políticas nacionais, e de restantes personalidades políticas ligadas à causa independentista. Aqui, é importante relembrar a força do poder político na escolha e na direção de ambos os canais públicos.

Por fim, há uma consequência direta do aumento do foco numa determinada questão: a relegação do motivo pelo qual se uniram estas pessoas e as decisões que as levaram até àquele ponto. Não foi discutido o porquê do referendo, não havendo uma única reflexão sobre o conflito em causa e os motivos que desencadearam neste processo. O foco maior é sobre o conflito entre autoridades e votantes e, em segundo plano, o conflito político entre o Governo central e regional, um dos principais que levou à convocação deste mesmo referendo.

7. CONCLUSÃO

O tema deste trabalho pretende analisar a forma como foi feita a cobertura mediática ao referendo pela independência catalã e quais as suas consequências políticas. Daqui saiu uma questão de partida – “Poderão os meios de comunicação social em análise terem contribuído, deliberadamente, para uma representação errada da força policial, face às suas posições editoriais perante o conflito?”. A esta resposta surgiram algumas hipóteses tais como: a TVE acabou por ignorar as cargas policiais devido à pressão governativa de que é alvo; a TVE não ignorou as cargas policiais, mas caracterizou os manifestantes como rebeldes e violentos; a TV3 caracterizou os manifestantes como pacíficos e ordeiros, sem apelo à violência. Para uma melhor aferição de resultados, o método escolhido baseou-se na análise qualitativa de discurso textual visto que a análise incidiu sobre reportagens escritas retiradas dos sites de ambas as estações televisivas, no dia da realização do referendo.

Em resposta à questão colocada no início deste estudo: na presença *online*, não parece existir uma representação errada da força policial, que tenha sido deliberadamente feita por parte dos meios de comunicação social analisados. Conclui-se que ambas as estações relataram a violência das forças policiais, de forma quase semelhante, porém, este relato pode ser

diferente se outras formas de análise forem exercidas, tais como a análise à reportagem em direto, de ambos os canais.

Uma das limitações que este estudo enfrentou foi a diferença de informação providenciada pela TV3 quando comparada pela informação que foi disponibilizada pela TVE. Talvez esta limitação na divulgação de fontes *online* se prenda com o facto da cobertura televisiva ter também ocorrido de maneira diferente. A TV3, tal como é hábito em qualquer noite eleitoral, cobriu os acontecimentos em torno do referendo, desde a primeira hora, sem esquecer a ligação geográfica do canal à região. Assim, emitiu uma emissão especial, de horas sucessivas em direto, sobre a evolução da intervenção policial, o relato daqueles que foram vítimas destas e as sucessivas reações que foram passíveis de recolher junto de membros do Governo regional. Por seu lado, a TVE optou por uma transmissão mais normal, sem grande foco para a ação no local do referendo, e com um claro distanciamento que ficou comprovado com as sucessivas notícias que cobriam as reações dos partidos com assento parlamentar no Congresso dos Deputados. Há um enquadramento mais seletivo pois não há uma transmissão contínua em direto que seja capaz de cobrir o evento na totalidade.

Aqui, é fácil de identificar o maior enviesamento mediático de que este referendo foi alvo. Contudo, o enviesamento pode passar pela índole ideológica e política, e não tanto, como se comprovou, sobre os relatos da violência exercida pelas autoridades. O tipo de linguagem usado na transmissão televisiva pode, contudo, ter alterações significativas face àquelas que possam ser encontradas nas reportagens escritas *online*, muito por culpa da diversidade de atores públicos e políticos que possam ter participado em ambas as emissões.

Do meu ponto de vista e conjugando os estudos académicos, tanto nesta área como na área das relações internacionais, o ponto de partida para o independentismo catalão deverá passar sempre por uma conjugação de vontades entre as duas partes em causa – o Estado central e o Governo regional – apoiada numa lógica de informação e de esclarecimento, veiculado pelos diversos meios de comunicação social, sem esquecer a vontade popular que está na origem histórica desta divisão na sociedade espanhola. Atualmente, e com a crispação do discurso, tanto de um lado como do outro, juntando ainda o julgamento dos políticos catalães, a solução para o conflito está longe de ser consensual e a história continuar-se-á a escrever num futuro a longo prazo.

7.1 CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS E O FUTURO PARA A CATALUNHA

Na sequência dos resultados eleitorais, Puigdemont e o executivo liderado por este, por força das pressões dos independentistas mais radicais, acaba por declarar a independência, a 10 de outubro de 2017, de forma unilateral, um movimento que abalou a estrutura político-institucional espanhola, sendo imediatamente suspensa de forma a que se criassem canais de diálogo entre os principais atores políticos centrais e regionais.

Dias mais tarde, a 27 do mesmo mês, a declaração de independência começa a ser redigida pela Generalitat, ao mesmo tempo que o Senado espanhol estuda a execução do art.º 155 – um artigo que prevê a suspensão das funções autonómicas espanholas quando se verificam situações de incumprimento constitucional. É então neste dia que Rajoy toma o controlo político da Catalunha, dissolvendo de imediato o Parlamento catalão e convocando eleições autonómicas antecipadas – “Carles Puigdemont e os seus *consellers* foram exonerados e o simulacro de declaração de independência não surtiu qualquer efeito em Espanha ou no estrangeiro.” (Romão, 2017, p. 129)

Como resultado do controlo exercido pelo Governo central, membros do executivo demitido exilam-se em Bruxelas e tentam, a partir da capital belga, juntamente com os restantes membros que permaneceram em Barcelona, assegurar a governabilidade da região, mas sem sucesso. A 2 de novembro, os membros do executivo catalão que haviam ficado na região, são formalmente acusados de rebelião e sedição, entre eles Oriol Junqueras e Jordi Turull, com pena de prisão preventiva sem fiança. Sortes opostas têm os restantes políticos exiliados, entre eles Puigdemont, que se limitam apenas a apresentações periódicas, sempre que se justificar, no âmbito do mandado de detenção europeu.

As eleições regionais antecipadas ocorreram a 21 de dezembro do mesmo ano e o resultado revelou ainda mais a complexidade da questão catalã – apesar da vitória do Ciudadanos, em número de votos e em percentagem do sufrágio, tendo sido o partido mais votado, a maioria parlamentar está entregue aos três partidos pró-independência (*Juntes Per Catalunya*, ERC e CUP), ainda que existam membros eleitos de dentro destes partidos que se encontrem detidos no âmbito do plano de organização do referendo. Os independentistas reúnem setenta deputados, no total, dois deputados acima da fasquia da maioria parlamentar, ofuscando a vitória histórica dos C’s na Catalunha – “Los resultados de las elecciones con las que el Gobierno de Mariano Rajoy quiso acabar con el proceso independentista no dan garantías de que Cataluña pase página a este conflicto político.” (Noguer, 2017).

Enric Xicoy, entrevistado no âmbito desta temática, realça o momento de transição vivido na Catalunha e aponta para três possíveis desfechos: (i) que o Estado espanhol, pressionado pelas instituições europeias, permita uma votação clara e legal sobre o futuro da Catalunha; (ii) que na realização de novas eleições regionais, se o independentismo conseguir uma maioria absoluta inquestionável que irá apostar pela declaração unilateral e (iii), a que o académico defende, que o conflito se continue a arrastar durante décadas até à formação de uma clara maioria na sociedade catalã (70%-30%) quer pelo independentismo ou pela manutenção da Catalunha numa Espanha única e indivisível. (Xicoy, 2019)

Também Marc Cesena, entrevistado para este estudo, afirma que existe um sentimento de negatividade na sociedade catalã contra o Estado espanhol após a prisão de membros ligados à organização do referendo. Classifica a situação como tensa, mas mais calma quando comparada com os eventos que se sucederam aquando da votação e no que diz respeito à geometria política, o PSOE enfrenta um desafio na formação de um novo executivo e para tal precisava do apoio dos independentista. Visto que estes últimos não apoiaram os socialistas devido à constante repressão e à prisão dos presos políticos, as negociações à esquerda falharam e Espanha vai regressar às urnas já em novembro.

O académico vai mais longe e afirma que se vivem tempos incertos na região, onde o movimento independentista enfrenta um problema em que não sabe como agir daqui para diante, não tendo um ponto de partida para a vitória independentista que tanto almejam. Daqui, resulta também a conclusão do aumento do escrutínio do executivo central pois qualquer movimento feito pelo Governo regional será analisado de um ponto de vista cético pelo Governo, visto que os socialistas no poder podem recorrer ao art.º 155 se as vontades independentistas voltarem a ganhar tração no terreno.

O apoio pela independência persiste e Cesena afirma que existe uma problema cuja única e possível solução passa por deixar os catalães exprimirem a sua vontade nesta matéria e aceitar os resultados que daqui possam surgir. É improvável que os pedidos para a secessão autonómica da Catalunha porem, podendo até aumentar, visto que há cada vez mais catalães que não se identificam com o Estado espanhol. Este é um problema endémico e permanente na sociedade catalã pois a repressão sofrida nos últimos anos não ajudou a acalmar o apelo à independência, muito pelo contrário, pois as pessoas tornaram-se mais apoiantes da causa. Conclui dizendo que este é um problema político e que precisa de soluções políticas e não judiciais, como aquelas que estão a surgir. (Cesena, 2019)

8. BIBLIOGRAFIA

- Al Jazeera English. (09 de Outubro de 2017). *Spain's media spin on Catalonia - The Listening Post - (Lead)*. Obtido em 9 de Setembro de 2019, de Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=mzTuS3Qc2T0>
- Castaño, V., & Charre, M. (1 de Outubro de 2017). *Referéndum en Cataluña - Referéndum 1-O: así te hemos contado la jornada del 1 de octubre en Cataluña*. Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/noticias/20171001/referendum-cataluna-directo-ultimas-noticias/1624961.shtml>
- Cesena, M. G. (22 de Maio de 2019). Master thesis on the media coverage of the 2017 Catalonia referendum. (N. Nogueira, Entrevistador)
- Durán, I. (8 de Junho de 2015). Television and Voting in Catalonia. pp. 1-42.
- Leal, A. A. (15 de Novembro de 2017). Adrià Alsina Leal sobre a independência da Catalunha. (R. Ribeiro, & M. Almeida, Entrevistadores)
- Macnamara, J. (Janeiro de 2005). Media Content Analysis: Its Users, Benefits and Best Practice Methodology.
- Maicas, M. P. (1985). *Approach to Catalonia*. Barcelona: Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona.
- Marques, C. (25 de Setembro de 2017). *1640-2017. Guerras, estatutos, crise. Como a Catalunha chegou até aqui*. Obtido em 9 de Setembro de 2019, de RTP - Rádio e Televisão de Portugal: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/1640-2017-guerras-estatutos-crise-como-a-catalunha-chegou-ate-aqui_es1028949
- McLeod, D. M., & Detenber, B. H. (1999). Framing Effects of Television News Coverage of Social Protest. *International Communication Association*, pp. 3-23.
- Menéndez, M. (1 de Outubro de 2017). *Cataluña, ante el 1-O: ¿Referéndum o movilización independentista?* Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/noticias/20171001/cataluna-tres-horas-del-1-referendum-movilizacion-independentista/1623961.shtml>
- Menéndez, M. (1 de Outubro de 2017). *Referéndum en Cataluña - Independencia de Cataluña: las claves del Desafío al Estado*. Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/noticias/20171001/claves-del-referendum-del-1-mayor-desafio-estado/1620420.shtml>
- Menéndez, M. (1 de Outubro de 2019). *Referéndum en Cataluña: Cataluña avanza hacia la declaración de independencia tras un 1-O sin garantías y convulso*. Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/noticias/20171001/referendum-independencia-cataluna-cataluna-avanza-hacia-declaracion-independencia-tras-1-sin-garantias-convulso/1624805.shtml>
- Noguer, M. (22 de Dezembro de 2017). *El independentismo conserva la mayoría pese a la histórica victoria de Ciudadanos*. Obtido em 11 de Outubro de 2019, de El País: https://elpais.com/ccaa/2017/12/21/catalunya/1513877732_375898.html

- Romão, F. V. (2017). *Espanha e Catalunya. Choque entre nacionalismos*. Silveira: Bookbuilders.
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Ábalos culpa a Puigdemont de una situación que "ha superado a Rajoy"*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/noticias-24-horas/24-abalos/4245319/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Boletines RNE - Puigdemont ha criticado las cargas policiales y la violencia afirmando que esa imagen perseguirá al Estado español*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alacarta/audios/boletines-rne/puigdemont-2017-10-01t12-24-14617/4245258/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Centenares de personas hacen cola en los puntos de votación de Cataluña*. Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/programa/centenares-personas-hacen-cola-puntos-votacion-cataluna/4245098/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *EL 1-O, EN IMÁGENES*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/fotogalerias/1-imagenes/190935/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *El Barça - Las Palmas se disputó a puera cerrada*. Obtido de RTVE: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/telediario/011017-td2-dep-barza/4245522/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *El Gobierno asegura que el Estado de derecho ha desbaratado el referéndum ilegal*. Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alacarta/videos/programa/gobierno-asegura-estado-derecho-desbaratado-referendum-ilegal/4245016/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *El Govern cifra en 844 los heridos tras las cargas policiales para frenar el referéndum del 1-O*. Obtido em 3 de Outubro de 2019, de RRVE: <http://www.rtve.es/noticias/20171001/censo-universal-intervenciones-policiales-algunos-colegios-marcen-inicio-jornada/1624661.shtml>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Iceta pide la renuncia a Rajoy y Puigdemont y la convocatoria de elecciones si no pueden impulsar el diálogo*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alacarta/audios/informativos-fin-de-semana/miquel-iceta-2017-10-01t13-13-58907/4245267/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Iglesias : "Ningún argumento justifica el uso de la violencia contra la población civil"*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alacarta/audios/radio-5-actualidad/podemos-iglesias-2017-10-01t20-20-56630/4245483/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *La Fiscalía evaluará si actúa o no contra los Mossos por su pasividad* . Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alacarta/audios/radio-5-actualidad/fiscalia-general-mossos-2017-10-01t20-14-09907/4245455/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *La Policía Nacional ha utilizado pelotas de goma en la Escola Ramón Llull de Barcelona*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE:

<http://www.rtve.es/alicarta/videos/programa/policia-nacional-utilizado-pelotas-goma-escola-ramon-llull-barcelona/4245300/>

- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *La prensa internacional destaca las cargas de las fuerzas de seguridad para impedir la consulta del 1-O*. Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/noticias/20171001/prensa-internacional-destaca-incidentes-policia-durante-referendum/1624861.shtml>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *L'Informatiu 01/10/2017 - Més reaccions 1-0*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/linformatiu/linformatiu-01-10-2017-mes-reaccions-1-0/4245548/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Los jueces investigan la "inacción" de los Mossos para frenar el referéndum*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/telediario/actuacion-mossos-estaba-punto-mira/4245525/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Normalidad en Barcelona a pesar de los incidentes por el 1-O*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/telediario/normalidad-barcelona-pegar-incidentes-1/4245377/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Podemos acusa al PSOE de ser responsable indirecto de lo que pasa en Cataluña*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/audios/radio-5-actualidad/podemos-mayoral-2017-10-01t19-10-34170/4245461/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Rajoy comparecerá en el Congreso y convoca a los partidos ante la situación en Cataluña*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/noticias-24-horas/24-rajoy/4245498/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Referéndum en Cataluña - El Barça juega el partido ante Las Palmas a puerta cerrada por el 1-O*. Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/noticias/20171001/barca-decide-jugar-partido-ante-palmas-puerta-cerrada-1/1624722.shtml>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Referéndum en Cataluña | Todos los miembros del Govern han conseguido votar*. Obtido em 1 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/telediario/referendum-cataluna-todos-miembros-del-govern-han-conseguido-votar/4245539/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Referéndum en Cataluña: Puigdemont da por válido el 1-O y llevará el resultado al Parlament*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/noticias-24-horas/referendum-cataluna-puigdemont-da-valido-1-llevara-resultado-parlament/4245584/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Referéndum en Cataluña: Rivera alerta de que Puigdemont tiene la "coartada perfecta" para declarar la independencia*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/noticias-24->

horas/referendum-cataluna-rivera-alerta-puigdemont-tiene-coartada-perfecta-para-declarar-independencia/4245523/

- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Rivera propone elecciones autonómicas para elegir al sustituto de Puigdemont*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/audios/radio-5-actualidad/albert-rivera-2017-10-01t21-17-39143/4245496/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Rivera propone elecciones autonómicas para elegir al sustituto de Puigdemont*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/audios/radio-5-actualidad/albert-rivera-2017-10-01t21-17-39143/4245496/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Teledario Matinal en Cuatro Minutos 01/10/2019*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/telediario/telediario-matinal-cuatro-minutos-01-10-17/4245008/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Telediário 2 en cuatro minutos - 01/10/2017*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/telediario/telediario-2-cuatro-minutos-01-10-17/4245520/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Turull califica de "salvajada" la actuación policial en el 1-O*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/noticias-24-horas/24-turull/4245437/>
- RTVE.es. (1 de Outubro de 2017). *Zoido: "El referéndum ilegal se ha convertido en un paripé"*. Obtido em 2 de Outubro de 2019, de RTVE: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/programa/entrevista-zoido-24h/4245281/>
- Tàrrega, M. (2018). The 2017 Catalan Independence Referendum: A Symposium. *Scottish Affairs*, pp. 126-143.
- Trueman, C. N. (3 de Fevereiro de 2019). *Media Content Analysis*. Obtido de The History Learning Site: <https://www.historylearningsite.co.uk/sociology/research-methods-in-sociology/media-content-analysis/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *92 col·legis tancats i 3 detinguts per l'1-O, el balanç del Ministeri de l'Interior*. Obtido em 11 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/92-collegis-tancats-i-3-detinguts-per-11-o-el-balanc-del-ministeri-dinterior/noticia/2812241/>
- TV3. (2 de Outubro de 2017). *De Catalunya al món: així retrata Reuters l'actuació policial per l'1-O*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/de-catalunya-al-mon-aixi-retrata-reuters-lactuacio-policial-per-11-o/noticia/2812101/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *El govern espanyol assegura que l'estat de dret ha "desbaratat" l'1-O*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/el-govern-espanyol-assegura-que-lestat-de-dret-ha-desbaratat-11-o/noticia/2812053/>

- TV3. (1 de Outubro de 2017). *El partit entre el FC Barcelona i el Las Palmas es juga a porta tancada*. Obtido em 9 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/esport3/el-partit-entre-el-fc-barcelona-i-el-las-palmas-es-jugara-a-porta-tancada/noticia/2812190/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Ferit en una de les càrregues policials per l'1-O el president d'ERC de Tarragona*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/ferit-en-una-de-les-carregues-policials-per-11-o-el-president-derc-de-tarragona/noticia/2812286/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *La jornada del referèndum de l'1-O en imatges*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/laccio-de-la-policia-espanyola-11-o-en-imatges/noticia/2812128/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *La jutgessa degana de Barcelona impedeix utilitzar la sala de premsa de la Ciutat de la Justícia durant l'1-O*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/la-jutgessa-degana-de-barcelona-impedeix-utilitzar-la-sala-de-premsa-de-la-ciutat-de-la-justicia-durant-11-o/noticia/2812052/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Les vostres imatges de l'1-O*. Obtido em 11 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/les-vostres-imatges-de-11-o/noticia/2812166/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Llargues cues i problemes informàtics puntuals en l'inici de la jornada de l'1-O als col·legis de Reus*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/llargues-cues-i-problemes-informatics-puntuals-en-linici-de-la-jornada-de-11-o-als-collegis-de-reus/noticia/2812132/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Més de tres milions de persones s'han mobilitzat per l'1-O, segons el govern*. Obtido em 11 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/comenca-el-recompte-oficial-de-vots-dun-referendum-marcad-per-la-pressio-policial/noticia/2812297/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Pugen a 893 els ferits per les càrregues de la policia espanyola per l'1-O*. Obtido em 9 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/centenars-de-ferits-el-balanc-de-les-carregues-de-la-policia-espanyola-per-11-o/noticia/2812108/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Puigdemont visita un dels col·legis electorals ocupats de Girona poques hores abans de l'1-O*. Obtido em 11 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/puigdemont-visita-un-dels-collegis-electorals-ocupats-de-girona-poques-hores-abans-de-11-o/noticia/2812033/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Puigdemont: "Ens hem guanyat el dret a tenir un estat independent en forma de república"*. Obtido em 9 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/puigdemont-ens-hem-guanyat-el-dret-a-tenir-un-estat-independent-en-forma-de-republica/noticia/2812337/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Rajoy davant l'1-O en deu frases: "Hem fet el que havíem de fer"*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/la-reaccio-de-rajoy-davant-11-o-en-10-frases-sha-actuat-amb-el-fonament-de-la-llei/noticia/2812321/>

- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Turull responsabilitza Rajoy dels ferits de l'1-O*. Obtido em 10 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/turull-responsabilitza-rajoy-dels-337-ferits-de-11-o/noticia/2812174/>
- TV3. (1 de Outubro de 2017). *Unes 200 persones esperen a les portes de l'antiga biblioteca de Sallent per poder votar al referèndum de l'1-O*. Obtido em 11 de Outubro de 2019, de TV3: <https://www.ccma.cat/324/unes-200-persones-esperen-a-les-portes-de-lantiga-biblioteca-de-sallent-per-poder-votar-al-referendum-de-11-o/noticia/2812055/>
- Tzagkas, C. A. (Junho de 2018). The Internal Conflict in Spain: The case of Catalonia. *International Journal of Latest Research in Humanities and Social Science*, pp. 58-63.
- Valera-Ordaz, L. (2018). Media, National Identity and Selective Exposure: Predictors of Media Preferences among the Catalan Population. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, pp. 135-154.
- Xicoy, E. (22 de Maio de 2019). Master thesis on the media coverage of the 2017 Catalonia referendum. (N. Nogueira, Entrevistador)

9. ANEXOS

A. Entrevista a Enric Xicoy

Hello Enric,

Please find the questions for the topic on the media coverage of the 2017 Catalan referendum.

Q1: Is there any history of bias coverage from both stations – TVE and TV3 – on the Catalan independence since they both started? And how have they placed their editorial lines on this subject?

TV3 y TVE son dos televisiones públicas, pero la primera de ámbito estatal y la segunda de ámbito catalán. Las dos se tendrían que regir por criterios públicos de cierto equilibrio informativo. Pero, la verdad es que TVE ha sido un medio que ha estado al servicio del Estado en todo lo referente al proceso independentista con un sesgo claro a favor de las tesis más españolistas. Esto se puede entender dentro de una lógica de defensa del status quo constitucionalista. Pero una cosa es tener una mirada más cercana a estas tesis y la otra es un ataque a las posiciones contrarias. El control político de TVE ha sido tan grande, sobretodo en el período del proceso con el PP en el poder, que incluso los trabajadores de TVE en Cataluña han denunciado censura. En cambio, TV3, con una mirada más cercana al conflicto, ha tenido un tratamiento informativo claramente más equilibrado. No se puede negar que tiene una tendencia a posicionarse a las posturas del gobierno de Cataluña, pero sin negar la palabra a todas las partes. Además, el proceso de control que ha seguido TV3 ha sido siempre mucho más transparente. No ha habido quejas del comité de empresa.

Q2: How political instrumentalized have they become since the beginning of their broadcasts?

Los medios son y serán siempre actores políticos. En el caso de TVE ha sido claramente un instrumento político a favor del nacionalismo español. En el caso de TV3, ha sido al revés. Han sido algunos partidos, como Ciudadanos y PP, que han utilizado la excusa de posible manipulación política para hacer su campaña. Han creado *fake news* sobre TV3 para hacer su propia campaña. Y, lo curioso del caso, es que lo han hecho a menudo hablando en el mismo medio en entrevistas. Por supuesto, los partidos políticos favorables a la independencia han intentado aparecer al máximo en TV3 para explicar su postura, pero debido al equilibrio informativo esto se ha hecho siguiendo criterios profesionales.

Q3: Has the media bias of both channels increased the will of Catalans to vote for the independence of Catalonia?

Lo más curioso es que TV3 no llega ni a un 20% de audiencia en Catalunya y, en cambio, hay una mayoría de población a favor de la independencia. Además, cerca del 80% de los catalanes quieren votar en un referéndum. En cambio el 80% de los ciudadanos se informan en medios contrarios a cualquier referéndum. Esto hace pensar que, en realidad, la actitud contraria de TVE y otras televisiones españolas puede que hayan influido en el sentido contrario de sus intereses. La población de Catalunya conoce de verdad como es el conflicto político, porque lo viven en sus carnes, y tienen otras maneras de informarse. Así que, en realidad, la beligerancia españolista puede que haya ayudado a crear más independentistas.

Q4: What could the textual language, adopted by both networks on their news, on the day of the referendum, tell us about their perspective on the referendum? And on the political dispute around it?

Tendrá que hacer un estudio más minucioso de las palabras utilizadas para poder responder. Seguramente sí que puede afectar porque en algunos medios no dirán nunca “presos políticos” para referirse a los políticos que están en prisión provisional para ser juzgados por el Tribunal Supremo. También hay disputa en términos para definir los partidos: “separatistas” vs “independentistas”; “constitucionalistas” vs “españolistas”; “nacionalistas” vs “soberanistas”; etcétera. Lo que está claro es que los términos que se utilizan en la sociedad catalana no coinciden con los que usan los medios españoles.

Q5: What type of consequences have risen following the referendum, linked to the media coverage adopted by both TV stations?

Creo que está muy claro que los medios españoles, incluida TVE, ya han juzgado a los líderes del 1-O. Son culpables. En cambio, para una inmensa mayoría de los catalanes, y seguramente para los periodistas de TV3, son inocentes. Esta idea, coincide bastante con la idea más generalizada en los dos territorios. Es una premisa que contamina claramente la información.

Q6: And finally, from your point of view, what are the next steps on the Catalan dispute for the independence and where does it stand now?

Estamos claramente en un proceso de transición. El más complicado de todos. Cataluña, una inmensa mayoría de la población, quiere terminar con el conflicto de la manera que se considera más justa: votando. En cambio, la mayoría de las fuerzas españolas, y seguramente también de su población, no aceptan esta solución. En el caso de los españoles, toda solución pasa por no

tocar nada de la constitución y, en todo caso, cambiar el encaje de Cataluña (algunos pensando que hace falta menos autonomía y otros más). Y aquí estamos. Pueden pasar tres cosas:

- 1) Que desde España, y seguramente con la presión de Europa, se permita una votación sobre el futuro de Cataluña.
- 2) Que sea un conflicto que continúe latente durante unas cuantas décadas más hasta que haya una mayoría más clara a favor de uno o de otro bando sobre la independencia (70% - 30%).
- 3) Que en unas próximas elecciones catalanas, si el independentismo consigue una mayoría absoluta clara, apueste por la vía unilateral.

La opción que veo más posible es la segunda. Pero según como vaya el juicio a los presos y sus posibles consecuencias no descarto la tercera opción.

Let me thank you once again for your time.

With my best regards,

Nuno

B. Entrevista a Marc Cesena

Transcrição sem tradução: perguntas e respostas em inglês como no documento enviado e nos áudios recebidos

Q1: Is there any history of bias coverage from both stations – TVE and TV3 – on the Catalan independence since they both started? And how have they placed their editorial lines on this subject?

Hi Nuno, sorry for answering so late. So, let me start with this first question: Is there any history of bias coverage from both stations – TVE and TV3 – on the Catalan independence since they both started? So, I mean, first of all, the most important thing is to mention that TVE it's the national spanish television, therefore it's basically directed by someone who is loyal to the spanish main political parties and TV3 is the other way around, it's owned by the Catalan government and therefore all the televisions have their own biases. I would say that historically TV3 had largely been the television that had presented quite, I would say, neutral point of view and it has been actually largely scrutinized by the different actors and the different political parties that actually take part in what is known as of a Council, accessing to what extent the television provides the news.

The problem is that of course when things become as they became, the Catalan process starts to become something that is clearly, I mean – it's gonna collide, the two political opinions, very strong opinions will collide, of course, the televisions, they move towards their side to side of their governments and I would say that TVE has largely been the secessionist television, of course, I mean, most of the population in Spain is anti-secessionist, this has largely been that case but TV3 wasn't for secession, but it has some presenters have strong opinions on this regard and this may be eventually be perceived when you watch TV3 and there have been, in addition, probably not fortunate decisions take from the government, such as the appointment of a new director which is a well know Catalan secessionist. I think there have been many issues that have led many people to think that TV3 is an instrument of the secessionist movement, but I wouldn't agree with this.

Just to say that TV3 has accompanied the secessionist movement basically because nowadays, given that almost 15% of the population in Catalonia support secession and TV3 is the only TV in Catalan, of course, people watching TV3 currently it's people supporting secession and this, of course, has moved the TV towards more secessionist stances. For instance, even when the television want to present a neutral portrait, when the audience has its say and they can present their opinions, the audience is obvious in favour of secession. This created an image of the television whose audience and presenters are in favour of secession. In TV3 it's compulsory that all the debates need to be perfectly balanced between for secession and anti-secession, a 50/50 proportion. In TVE this it's not the case, it's always an anti secessionist point of view and just from time to time, very rarely, it appears a for secessionist individual, but this is not the case.

Q2: How political instrumentalized have they become since the beginning of their broadcasts?

Well, I think that I've already answered this question so my guess is that they have become more instrumentalized as the movement towards secession and political parties for secession have won a higher percentage of votes and, of course, politicians, from both sides, have understood that televisions can come a powerful tool for their opinions to be spread. I would say that in the very beginning, they weren't that much instrumentalized and they have, increasingly, become instrumentalized for instrumental reasons.

Q3: Has the media bias of both channels increased the will of Catalans to vote for the independence of Catalonia?

I wouldn't say that the bias in favour for secession stances in TV3 or the hypothetical bias because actually, as I told you before, TV3 is the only place where you can watch debates, in Catalan, with people with stances in favour and against secession. Still, I think that TV3 has some flows, sometimes leaning towards secession stances, in any case, I think that TV3 has made more people in favour of secession, and one thing is absolutely independent from another and support for secession is, probably, a much more complex phenomenon than just watching TV.

So, perhaps, among a lot of other factors, this is a joint one but just an accompanying one, and of course it's very difficult to access to what extent this is the cause or not because at the same time, TV3 has these stances, hypothetically, in favour of secession. It's very complicated to identify what led Catalans to support secession, to identify what TV3 has contributed to this. My guess would say that it has not contributed, or if it has contributed, it has been extremely marginally.

Q4: What could the textual language, adopted by both networks on their news, on the day of the referendum, tell us about their perspective on the referendum? And on the political dispute around it?

Sorry, I don't think I understand this question, as I don't understand what do you mean by the "textual language" and specially the "textual language" that you are referring to.

Q5: What type of consequences have risen following the referendum, linked to the media coverage adopted by both TV stations?

What type of consequences have risen following the referendum, linked to the media coverage adopted by both TV stations, well, I don't think that have been many consequences on this regard. Actually, I think that on the one hand, TVE has continued to, basically, obeyed the dismiss of debate on Catalan secession, just presenting it whenever it comes something, when something happens, the television has not been involved in any debate or has not made program, let's say accessing which are the reasons why people support secession in Catalonia, so, I think, TVE has continued with its previous policy and I would say TV3 has also continued to its policy, which includes a lot of programmes dealing with the topic, a lot of debates programmes discussing about it, with both people in favour of secession and people against it and then humour programmes, they are doing satiriques regarding this topic. I would say that TVE has continued not to speak about secession and TV3 has continued to do so. I don't think that referendum did mark a changing point.

Q6: And finally, from your point of view, what are the next steps on the Catalan dispute for the independence and where does it stand now?

So, this is quite a complicated question. What are the next steps on the Catalan dispute for the independence and where does it stand now? It's a very long question that we could talk for hours about this. In Catalonia, there are now some people who are currently jailed for holding the referendum of October, 1st 2017 and, therefore, the situation is quite tense, quite problematic. This touches upon a lot of people and it's quite frustrating and of course, this generates a feeling of negativity against Spain.

On the other hand, it's true that were recently Spanish national elections and the three right-wing parties – Ciudadanos, PP and Vox – according to the polls, they may have performed better than they actually did and they would have gained power, they would have passed again the 155th article from the Spanish Constitution that basically would have allowed the Spanish government to dismantle the Catalan autonomy. On this regard, Catalonia, on the April 21st the election day, there was extremely high participation, but these three right-wing parties obtained really bad results. And instead, PSOE got quite good results and the main secessionist parties won the elections, so, in Catalonia there was kind of fear what would come and the victory of PSOE, that by any means is not sympathetic to the Catalan secessionist cause, kinda provided a relief. I think that in the following months, the situation will be tense but calm, but the opinion of the Supreme Court on the final sentence on the Catalan political prisoners that were jailed and my guess is that they will have to face a lot of years in prison and we don't know where this will lead.

Governmentality in Spain will be extremely complicated because Spain's Socialists (PSOE) can not make [government] with the small leftist parties, but they also need the secessionist parties and this will become, everytime, more unlikely that they would support the Socialist Party with the repression, with the Supreme Court sentences for the Catalan political prisoners. It is very uncertain and in these circumstances, it's being said that the Catalan government may eventually call for snap elections, but the thing is that after the unilateral referendum, after trying to negotiate the celebration of a referendum for a long time, the Catalan secessionist movement is in a situation in which they don't know what to do, where to go, how can we [the secessionist movement] get closer to secession.

Bear always in mind that any movement that the Catalan government would make, will be observed, skeptically, by the Spanish government, despite it's a Socialist government. Spanish

government has already applied the 155 article and for sure, on an eventually occasion, it won't be as cautious as it was Mr. Rajoy who probably didn't know how to apply the article but now they saw how it works, they can use it quite freely and it's easy to pass, so my guess is that they [the government] will be really aware and they will be willing to use it whenever it comes to the case if, again, the Catalan secessionist parties push forward in favour of secession.

So, this is where it stands and this is where it, perhaps, may stand for a few months, it's extremely uncertain what will happen in the next future. So, at the end of the day, probably I don't know where it will be this generation or another one but the problem has a difficult solution and probably the best, perhaps or the unique, solution is that the Catalans have their side on this regards and accept the hypothetical results that may eventually occur. Otherwise, it's very unlikely that claims in favour of secession would cease – support for secession will persist, perhaps, will even increase.

There's, of course, a problem between Catalonia and Spain and everytime more people in Catalonia don't want to do have anything to do with Spain. This is an endemic and permanent problem and repression, such as the one it has been [experienced] in the previous years does not contribute to soften the support for secession, on the contrary, I would say, people would, from time to time, more likely become in favour of secession as a consequence of the attacks of the Catalan and Spanish governments.

So this is a political problem and, of course, political problems deserve political solutions, not judiciary solutions.